

O “único Sacrificio perfeito” Sua Essência e sua Preenfiguração

Resumo

In order to clarify the concept sacrifice it is necessary to reflect on Christ's sacrifice on the cross, that is “the only perfect sacrifice” (The Catechism of the Catholic Church, n. 2100). By examining the elements of this sacrifice – that is not an isolated event, but one that belongs to the religious history of humanity – the author arrives at a definition of sacrifice that can be applied to all sacrifices which are performed with a sincere heart, but that is realised in a most singular and perfect way in the Passion, Death and Resurrection of Christ: a sacrifice is an act of love of God, through which the human being offers himself in adoration to God, by offering a substantial gift, in order to enter into consummated communion with God. Leaving aside one element of this definition (i.e., substantial gift) one obtains a broader idea of a true sacrifice, an idea that manifests the religious and “paschal” character that all human life can and should have. Considering the inseparable unity between the love of God and of neighbour the social dimension of sacrifice becomes clear. This dimension is present in all sacrifices but especially in the sacrifice of the cross.

This is the only and definitive sacrifice. All other sacrifices can only be a prefiguration or a sacramental representation of this only perfect sacrifice. Examining the prefiguration of this sacrifice one comes to the conclusion that all other authentic sacrifices, especially those of the chosen people of the Old Testament, find their full realisation in the sacrifice of the cross of Christ and in its sacramental representation. This sacramental representation of the only perfect sacrifice in the liturgy of the Church will be the theme of another article in this periodical.

* * *

I. A atualidade da questão do sacrifício e suas dificuldades

Ao tratar da essência do culto, o Cardeal Ratzinger escreve no seu livro “Der Geist der Liturgie. Eine Einführung”: “Em quase todas as religiões, o núcleo fundamental do culto é o sacrifício. Mas este é um termo que está carregado de equívocos.”¹ O eminente teólogo constata, portanto, tanto a importância do sacrifício como também, por outro lado, a dificuldade de ter um conceito claro e específico do que seja um sacrifício.

Será que esta dificuldade é uma razão por que entre os teólogos e liturgistas, depois do Concílio Vaticano II, tantos manifestaram uma certa aversão ao “sacrifício”, minimizando a importância e o valor deste conceito e chegando, inclusive, a pôr em dúvida ou a negar o caráter verdadeiramente sacrificial da celebração eucarística² e, inclusive, da paixão e morte de Jesus Cristo na cruz? Pode ter sido uma das razões, embora, certamente, não seja a única nem a mais profunda. Porém, o “sacrifício” está se tornando, de novo, um tema de interesse atual. “O sacrifício é novamente um tema. Isto diz respeito a todos os campos de reflexão sobre o fenômeno”, constata Albert Gerhards e Klemens Richter,³ e Andreas Odenthal reconhece que o “sacrifício” é uma “categoria antropológica e teológica fundamental e central”.⁴

Mas, seja qual for o interesse atual dos teólogos, liturgistas, filósofos, psicólogos, sociólogos, etc. pelo tema do sacrifício, este encontra-se, objetivamente, no centro das religiões, e sua concepção diferente nas diversas religiões pode, inclusive, manifestar a característica própria e específica delas.⁵ Até o próprio Loisy afirmou que o sacrifício é “a ação sagra-

¹ Joseph RATZINGER, *Der Geist der Liturgie. Eine Einführung*, Freiburg i.Br. 2000, 23: “Als Kern des Kultes erscheint praktisch in allen Religionen das Opfer. Aber dies ist ein Begriff, der von einem wahren Schuttberg von Mißverständnissen überlagert ist.” Edição portuguesa: J. RATZINGER, *Introdução ao espírito da liturgia*, Lisboa 2001, 20. A nossa tradução procurou ser mais fiel ao original.

² Não se pode dizer que esta tendência e negação já tenha deixado de existir; cf. a constatação do Papa JOÃO PAULO II na sua encíclica *Ecclesia de Eucharistia* (17.4.03), nn. 10 e 61.

³ Na sua introdução à obra coletiva, editada pelos mesmos: *Das Opfer – Biblischer Anspruch und Liturgische Gestalt* (Quaestiones disputatae 186), Freiburg 2000, 8 (abreviado: *Das Opfer*).

⁴ A. ODENTHAL, *Das Opfer. Psychoanalytische und theologische Überlegungen*, em: *Das Opfer*, 47.

⁵ Somente o budismo e o jainismo rejeitam completamente o sacrifício (ritual). O

da por excelência” e, por isso mesmo, “o ato no qual o homem realiza a afirmação suprema da sua fé e pratica de modo eminente a sua religião”.⁶ O Papa Leão XIII, na encíclica “*Caritatis studium*”, chegou a afirmar: “sem os sacrifícios nenhuma religião pode existir nem ser pensada”.⁷

islamismo não pratica sacrifícios rituais. Quanto ao judaísmo atual (depois da destruição de Jerusalém e de seu templo) e ao protestantismo, embora não ofereçam mais sacrifícios (rituais), a razão para isto não é a rejeição do sacrifício como tal. No caso dos nossos irmãos protestantes ou evangélicos, a rejeição da oferta de um sacrifício – o sacrifício eucarístico – parece-lhes necessária para poder manter a afirmação da unicidade e perfeição do sacrifício de Cristo na cruz. Mas nisto se enganam.

⁶ Cf. A. LOISY, *Essai historique sur le sacrifice*, Paris 1920, 16; citado, no original, em : Robert SPAEMANN, *Einleitende Bemerkungen zum Opferbegriff*, em : *Das Opfer*, 14.

⁷ “Remotis sacrificiis, nulla nec esse, nec cogitari religio potest”: ASS 31(1898-99)12. Esta afirmação do Papa parece negar que, por exemplo, o budismo possa verdadeiramente ser uma religião. De fato, se não é reconhecido um ser absoluto pessoal, como lhe posso oferecer um sacrifício? Conforme a definição de sacrifício que daremos, este é um ato de amor. Por isso mesmo, o sacrifício pressupõe não apenas um “eu” que realize o ato de amor, mas também um “tu” amado. Este não existe no budismo, que “é, de certo modo, um sistema ‘ateu’” (JOÃO PAULO II (editado por Vittorio Messori), *Cruzando o limiar da esperança*, Rio de Janeiro ²1994, 92).

Contudo, há quem pense que não é necessário pensar que a atitude fundamental de oferta no sentido do sacrifício se encontre apenas onde existem concepções de um Deus pessoal. Segundo Horst Bürkle, a atitude religiosa fundamental que se encontra na oferta do sacrifício encontra-se também numa forma de piedade de tipo místico ou ascético. Também aqui busca-se qualquer tipo de união com aquilo que é reconhecido como a verdadeira e única realidade e entrega-se o visível, o disponível para o homem, em vista desta união. “Wir dürfen nicht meinen, daß die sich darbringende religiöse Grundhaltung im Sinne des Opfers sich nur dort fände, wo wir es mit personalen Gottesvorstellungen zu tun haben. Hier freilich ist sie manifest und am Tage liegend. ... Die dem Opfergang einwohnende religiöse Grundhaltung findet sich ebenso in Gestalt einer mystischen oder asketischen Frömmigkeitsform. Auch sie versteht sich als Hingabe und als ein Sich-verlieren an die Höhere Macht bzw. an den Mächtigen. In ihr wird Sichtbares, Verfügbares aufgeopfert zugunsten einer Nähe, ja – einer Einheit mit dem als die wahre und einzige Wirklichkeit Verehrten und allein Mächtigen. ... Jenes verlangende ‚ich bin nichts – Du bist alles‘ der sich sehnenen Seele will Entäußerung, Freiwerden von sich und Abschied aus dem Zeitlichen. ... Solche Verinnerlichung der Hingabe des individuellen Selbst kann – und die upanishadische Tendenz gegenüber vedischen Opfertraditionen zeigt dies – antikultische Züge annehmen. Dennoch lebt sie aus der allen religiösen Äußerungen eigenen Opferbereitschaft” (H. BÜRKLE, *Die religionsphänomenologische Sicht des Opfers und ihre theologische Relevanz*, em: *Das Opfer*, 156s). Também Ansgar Paus constata que até “na religiosidade budista” pode-se encontrar uma “mentalidade de sacrifício espiritualizada, ou seja, ética” (A. PAUS, *Opfer*, em: *LThK³*, vol. 7, 1063). No entanto, onde não existe (não é reconhecido) um ser absoluto pessoal, a quem se dirige a entrega de si mesmo? Não poderá acabar até numa forma de adoração de si mesmo?

Se o sacrifício é um ato tão central e de tamanha importância na vivência religiosa, poder-se-ia esperar que definir sua essência não encontrasse dificuldades. Mas verifica-se o contrário. Uma razão disto pode ser o fato de que existem realidades que nos são bem conhecidas, fazendo parte da nossa vida cotidiana, mas quando alguém nos pede uma definição delas, ficamos embaraçados. Outra razão, ligada a esta, pode ser a seguinte: por seu caráter de fenômeno universal, podendo-se até falar de um “instinto do sacrifício”⁸ e encontrando-se, por conseguinte, em todos os povos, com suas mais diversas culturas e concepções religiosas, o sacrifício assumiu as mais variadas formas. Em todas estas formas, quais são os elementos secundários e acidentais e quais os elementos essenciais, isto é, os elementos sem os quais não se poderia falar de um sacrifício? Sem dúvida, pode haver e, de fato, houve deformações do autêntico sacrifício, desviando-se do verdadeiro sentido desta ação sagrada. Porém, o que é aquilo que é deformado?

Existe um conceito universal de sacrifício que se realize nos diferentes sacrifícios oferecidos nas diversas religiões? Ou, por exemplo, o conceito cristão de sacrifício é um conceito totalmente diferente do conceito hindu? A singularidade do evento da encarnação redentora do Filho de Deus, com Seu sacrifício supremo da cruz, faz com que este Seu sacrifício seja uma coisa totalmente diferente dos outros sacrifícios, de tal modo que não possa haver um conceito comum? Ou este sacrifício é a realização perfeitíssima do conceito de sacrifício aplicável também aos sacrifícios que se encontram na história das religiões?

Sem dúvida, a concepção de Deus numa determinada religião determinará também a concepção do sacrifício que se Lhe oferece. Por isso, a idéia cristã de sacrifício, no seu conteúdo exato, com tudo que ela implica, não poderá ser exatamente a mesma, por exemplo, do hinduísmo. Mas isto não implica necessariamente que essa idéia cristã de sacrifício não possa ser tal que seja aplicável também a outros sacrifícios, embora como realizações imperfeitas, deficientes ou até mesmo deformadas.⁹

O que, então, é um sacrifício?

⁸ Cf. A. GAUDEL, *Sacrifice*, em: *Dictionnaire de Théologie Catholique*, vol. XIV, 662-691; a citação: col. 679.

⁹ Com Karl-Heinz Menke, pode-se até afirmar que não somente não implica necessariamente um conceito totalmente diferente de sacrifício, mas que a aplicação do conceito de sacrifício à morte de Jesus na cruz *exige* um conceito comum de sacrifício, se não se quer

II. Rumo a uma definição do sacrifício

O Cardeal Ratzinger, depois de ter afirmado que o conceito de sacrifício precisa ser esclarecido, não dá propriamente uma definição do mesmo, mas o que ele escreve serve-nos muito bem de ponto de partida, sendo um primeiro esclarecimento:

A opinião geral é a de que o sacrifício tenha qualquer coisa em comum com a destruição. Ou seja, que se trata da transferência para Deus de uma realidade que para o homem é, de alguma maneira, preciosa; esta transferência, porém, pressupõe que o homem se prive do seu uso, o que só pode suceder se ela for destruída, ficando assim definitivamente subtraída à disposição do homem. Contudo, aqui precisa imediatamente replicar: que alegria então representaria a destruição para Deus? Será que por uma destruição algo lhe é entregue? Pode-se responder que a destruição seja pelo menos um ato de reconhecimento da soberania de Deus sobre todas as coisas. Mas pode tal ato formal servir verdadeiramente à glória de Deus? Evidentemente que não. A verdadeira transferência a Deus deve, na verdade, ter um aspecto totalmente diverso. Ela consiste – assim a vêem os Padres da Igreja, seguindo o pensamento bíblico – na união do homem e da criação com Deus. A pertença a Deus não tem nada a ver com destruição nem com “não-existência”, mas sim com um modo de ser: ela significa sair do estado da separação, da aparente autonomia, do existir somente para si mesmo e em si mesmo. Ela significa aquele perder-se que é o único modo possível de encontrar-se (cf. *Mc* 8, 35; *Mt* 10, 39). Por isso Agostinho podia dizer que o verdadeiro “sacrifício” é a *civitas Dei*, isto é, a humanidade transformada em amor, que diviniza a criação e é a transferência de tudo para Deus: Deus tudo em todas as coisas (*ICor* 15, 28) – essa é a finalidade do mundo, essa é a essência do “sacrifício” e do culto.¹⁰

O esclarecimento importante nesta exposição é a afirmação de que no sacrifício se trata essencialmente de uma *entrega*¹¹ do homem e da

cometer um “engano semântico”. “Embora a morte de Jesus seja designada como o sacrifício singular (*Hb* 7, 27; 9, 12; 10, 10) que torna supérfluos todos os sacrifícios cultuais do tempo anterior, uma vez que possibilita definitivamente para todos os homens a comunhão com Deus, deve haver um ‘tertium comparationis’ entre este e todos os outros sacrifícios; do contrário, a aplicação do conceito de sacrifício ao evento da cruz seria um engano semântico” [“semantischer Betrug”] (K.-H. MENKE, *Opfer*, IV, em: *LThK*³, vol. 7, 1068).

¹⁰ J. RATZINGER, *Der Geist der Liturgie*, 23s (cf. *Introdução ao espírito da liturgia*, 20).

¹¹ “Übereignung”, no original alemão; palavra que significa a transferência, a entrega de algo (alguém) a outra pessoa, de modo que se torne propriedade desta pessoa.

criação a Deus, para pertencer e estar unido a Ele. E esta entrega não consiste num ato de destruição. O ato de entrega tem de ser um ato de *amor*.

A referência à explicação agostiniana do sacrifício faz lembrar aquela famosa definição do grande Doutor da Igreja, adotada também pelo *Catecismo da Igreja Católica* (cf. n. 2099): “Verdadeiro sacrifício é toda obra que realizamos tendo em vista aderir a Deus em santa comunhão, isto é, relacionada com a finalidade do bem pelo qual poderemos ser verdadeiramente felizes.”¹²

No entanto, esta definição parece e é, de fato, muito ampla, uma vez que atribui a toda boa obra, contanto que seja animada pelo amor a Deus (cf. a finalidade de aderir a Deus em santa comunhão), a qualidade de ser um verdadeiro sacrifício. Não seria possível e, inclusive, necessário encontrar uma definição que seja ainda mais precisa? Um conceito estrito ou mais próprio?

A. Gaudel deu a seguinte definição do sacrifício em sentido próprio: *O sacrifício propriamente dito é um ato de culto exterior, no qual o homem, sob o símbolo de uma oblação visível, significa o ato interior de religião pelo qual ele se oferece a si mesmo em homenagem a Deus, para se unir mais intimamente a Ele*.¹³

Nesta definição encontramos elementos que não estão presentes, como tais ou explicitamente, na explicação ou definição do Cardeal Ratzinger e de S. Agostinho. É, em primeiro lugar, a afirmação de que o sacrifício é um ato de culto *exterior*, o qual é símbolo de um ato de culto *interior*. Na verdade, S. Agostinho não desconhecia este aspecto do sacrifício, pois para ele era claro que o sacrifício visível (as oblações exteriores prescritas no Antigo Testamento) não é senão o sacramento, isto é, o símbolo sagrado do sacrifício invisível: “sacrificium ergo visibile invisibilis sacrificii sacramentum, id est, sacrum signum est”.¹⁴ Mas, neste contexto, Agostinho é categórico: o sacrifício que Deus quis e quer é o sacrifício invisível.

¹² AGOSTINHO, *De civitate Dei*, lib. 10, 6: PL 41, 283 (CCL 47, 278): “Verum sacrificium est omne opus, quo agitur ut sancta societate inhaereamus Deo, relatum scilicet ad illum finem boni, quo veraciter beati esse possimus.”

¹³ A. GAUDEL, *Sacrifice*, 675.

¹⁴ AGOSTINHO, *ididem*, lib. 10, 5: PL 41, 282. Em outro lugar, S. Agostinho escreve que “os sacrifícios visíveis são para os invisíveis o que a palavra é para a realidade que ela exprime” (*ibidem*, lib. 10, 19: PL 41, 297).

vel, espiritual do coração contrito e misericordioso (cf. *Sl* 50, 18-19; *Os* 6, 6; *Mt* 9, 13; 12, 7): o arrependimento, a misericórdia, aquelas boas obras das quais fala na sua definição do “verdadeiro sacrifício” (cf. acima). Pois “o que todos chamam sacrifício é sinal do verdadeiro sacrifício”.¹⁵ Os sacrifícios exteriores, dos quais lemos no Antigo Testamento, são “sacrifícios não solicitados por Deus, que, entretanto, quis que fossem observados, para significar os solicitados”. Por conseguinte, “todos os preceitos divinos, lidos de muitos modos, no ministério do tabernáculo ou do templo, a respeito dos sacrifícios, tendem a significar o amor a Deus e ao próximo. *Desses dois preceitos, como está escrito, depende toda a Lei e os Profetas*”¹⁶ (*Mt* 22, 40).

O verdadeiro sacrifício é, portanto, o amor a Deus e, por amor d’Ele, ao próximo. Por isso mesmo, a própria obra de misericórdia não é um sacrifício se não é feita por causa (por amor) de Deus.¹⁷ E já que esse amor não é um amor meramente humano, mas sim, divino, “derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (*Rm* 5, 5¹⁸), o sacrifício é “uma realidade divina (*res divina*), nome que até mesmo os antigos latinos lhe davam. Por isto o homem de Deus, o próprio homem consagrado em nome de Deus e a Deus dedicado, é um sacrifício, porquanto morre para o mundo a fim de viver para Deus.”¹⁹

Também para São Tomás de Aquino, o sacrifício interior, espiritual, pelo qual a alma se oferece a si mesma a Deus, é o sacrifício “verdadeiro”²⁰ ou “principal”²¹. Este é significado pelo sacrifício exteriormente oferecido. Contudo, segundo São Tomás, a definição dada por S. Agostinho não define o sacrifício em sentido próprio, mas impróprio, isto é, bastante amplo.

¹⁵ *Id.*, *ibid.*, lib. 10, 5: *PL* 41, 283.

¹⁶ *Id.*, *ibid.*, lib. 10, 5.

¹⁷ *Id.*, *ibid.*, lib. 10, 5: “a misericórdia é verdadeiro sacrifício”. *Ibid.*, lib. 10, 6: *PL* 41, 283: “Donde [isto é, da definição de sacrifício dada na frase anterior] se segue que a própria misericórdia que alivia o próximo não é, em absoluto, sacrifício, se não feita por amor a Deus.”

¹⁸ S. Agostinho tantas vezes cita nas suas obras este versículo da Carta aos Romanos!

¹⁹ AGOSTINHO, *ibidem*, lib. 10, 6: *PL* 41, 283.

²⁰ Cf. *Summa contra Gentiles*, III, c. 120 (n. 2926): “O sacrifício exterior representa o verdadeiro sacrifício interior (*interioris veri sacrificii*), segundo o qual a mente humana se oferece a Deus.”

²¹ *Summa Theologiae* (= *S.Th.*) II-II q. 85, a. 3 ad 2; a. 4.

Segundo o Doutor angélico, o sacrifício propriamente dito é um *sinal*. Isto faz parte da sua própria essência. Faltando, portanto, este sinal, não se pode falar de sacrifício no sentido estrito. Sem dúvida, o sacrifício interior, isto é, o ato interior de amor, de entrega de amor e homenagem a Deus, é o elemento principal do sacrifício – é a “alma” dele – mas para que haja um sacrifício em sentido próprio se requer também, como elemento secundário e relativo e, no entanto, essencial, o *sinal* que o exprima sensivelmente (é o “corpo” do sacrifício).

A razão disto encontra-se na *natureza humana*, a qual, no dizer do Concílio de Trento, “exige um sacrifício visível”.²² Pois o homem não é apenas alma espiritual, mas a união substancial de espírito e matéria, de alma e corpo. No sacrifício trata-se da entrega do homem a Deus não apenas segundo a sua dimensão espiritual, interior, invisível (segundo o “coração”), mas também segundo a dimensão corporal, exterior, visível. É conforme à natureza humana exprimir a atitude interior por um gesto exterior; é uma tendência natural. No homem, uma atitude ou um ato espiritual tende naturalmente a exprimir-se numa atitude ou num ato corporal, sensível. Este pode, inclusive, intensificar a atitude interior ou ajudar a realizar (provocar) um determinado ato interior. Por conseguinte, é uma razão *antropológica* que se pode aduzir a favor da necessidade do sacrifício exterior, não propriamente uma razão “teo-lógica”, pois Deus “vê o coração” (*ISm* 16, 7). Da parte de Deus não é preciso o sacrifício exterior para a manifestação do sacrifício interior. No entanto, Deus quer que o homem realize sua entrega a Ele de uma maneira *plenamente humana*, incluindo nela a sua dimensão corporal, sensível; que o homem torne eficaz a sua entrega em todas as dimensões do seu ser; que a sua entrega abranja todo o seu ser, que seja, portanto, *total*. Como pode fazer isto?

Existem duas maneiras diferentes, que, seguindo a terminologia de A. Gaudel, poder-se-ia chamar sacrifício *direto* e *indireto*. Apresentamos primeiro o pensamento deste autor,²³ para, em seguida, dar a nossa própria contribuição ao esclarecimento da essência do sacrifício.

Todo sacrifício exteriormente oferecido é o sinal do sacrifício interior, isto é, da oblação puramente espiritual que a pessoa faz de si. O sacrifício

²² DS 1740: “sicut hominum natura exigit”.

²³ Cf. A. GAUDEL, *Sacrifice*, 683s.

exterior tem valor por sua relação com o ato de culto interior, o qual, por assim dizer, se encarna no sacrifício exterior. Ora, esta relação será mais ou menos direta, *segundo os bens oferecidos*. O homem pode encarnar sua doação interior a Deus na oferta de bens exteriores – que, evidentemente, devem ser bens da sua propriedade, não bens alheios – que ele julga particularmente dignos de serem oferecidos. Ele deverá, então, manifestar por meio de cerimônias ou ritos exteriores que ele renuncia a estes bens, “consagra”-os ou “dedica”-os a Deus, fá-los portadores da sua entrega de adoração a Deus. Estes são os sacrifícios *indiretos, rituais*, que têm por objeto as vítimas inconscientes (frutos da terra, animais da propriedade do oferente).

O homem pode buscar o objeto da sua oblação fora de si, mas também pode buscá-lo *em si mesmo*, quer dizer, pode oferecer-se a si mesmo, alma e corpo, a Deus, de um modo plenamente pessoal, direto, imediato, não, portanto, mediante uma substância que não seja ele mesmo. É o sacrifício *direto*, perfeitamente *pessoal*. Neste caso, não há necessidade de algum rito (mais ou menos desenvolvido ou complicado) como sacrifício exterior. Apenas é preciso exprimir, de uma maneira sensível e exterior, por gestos, palavras, atitudes, comportamentos que demonstrem natural e ordinariamente uma vontade, sua entrega interior.

Ora, um tal sacrifício foi o sacrifício da cruz de Jesus Cristo, o “único sacrifício perfeito”.²⁴ Para reconhecer-lhe a verdadeira essência não se pode deixar de vê-lo em conexão com os outros sacrifícios (autênticos), os quais são ou prefiguras deste único sacrifício perfeito ou representações sacramentais do mesmo. Por isso, para uma reflexão completa sobre o sacrifício, será preciso examinar a sua *essência*, realizada perfeitamente no “único sacrifício perfeito”, o da cruz de Cristo, como também sua *prefiguração* e sua *representação sacramental*. Neste artigo, no entanto, vamos restringir-nos à apresentação da sua essência e sua prefiguração, deixando para um artigo próximo a reflexão sobre a sua representação ou atualização e oferta sacramental.

²⁴ É a qualificação que o *Catecismo da Igreja Católica* (= *Cat.*), n. 2100, dá ao sacrifício da cruz de Cristo.

III. A essência do sacrifício, manifestada no sacrifício da cruz de Cristo

Para quem adere, pela fé, à Revelação divina em Jesus Cristo, não pode haver dúvida alguma de que “o único sacrifício perfeito é o que Cristo ofereceu na cruz, em total oblação ao amor do Pai e para nossa salvação (cf. *Hb* 9, 13-14)” (*Cat.* 2100). Este sacrifício “realiza e supera todos os sacrifícios (cf. *Hb* 10, 10)” (*Cat.* 614).

Na base desta convicção de fé, onde buscar uma autêntica definição de sacrifício senão na paixão-morte e ressurreição de Jesus Cristo? Pois esta Sua Páscoa (passagem deste mundo ao Pai) identifica-se com o que chamamos “o sacrifício da cruz de Cristo”. É “o sacrifício único e definitivo” (*Cat.* 613), de modo que os outros sacrifícios somente podem ser ou *prefigura* – mais ou menos perfeita, ou melhor, imperfeita – ou *representação-atualização sacramental* desse único sacrifício perfeito. Por isso mesmo não convém aplicar simplesmente à morte de Cristo uma definição de sacrifício, obtida a partir do exame dos sacrifícios antigos (do Antigo Testamento e da história das religiões), para que se possa ver como os elementos de tal definição se encontram realizados no sacrifício da cruz de Cristo. Por outro lado, como já vimos, o sacrifício de Cristo encontra-se inserido na história humana religiosa, com seus intentos e esforços de prestar culto à divindade através do sacrifício.

Por conseguinte, o sacrifício de Cristo não pode ser uma realidade tão diferente desses outros sacrifícios de modo a não haver algo em comum que justifique, inclusive, uma definição comum, contanto que esta não seja indevidamente estrita. Do contrário, não seria verdade que Cristo, “em seu sacrifício, leva à perfeição todos os intentos humanos de oferecer sacrifícios” (*Cat.* 1350). Ou, em outras palavras, o Seu sacrifício poderia eventualmente “superar”, mas não “realizar” (*Cat.* 614) todos os sacrifícios, isto é, levá-los à perfeição ou consumação.²⁵

1. A essência do sacrifício

Qual é, então, a essência do sacrifício, como se manifesta no sacrifício da cruz de Cristo? Antes de darmos nossa resposta a esta questão, convém frisar as consequências das verdades que acabamos de expor. Se o sacrifício da cruz de Cristo é o sacrifício *perfeito*, uma definição de sa-

²⁵ A versão latina do Catecismo diz: “... et omnia sacrificia consummat et superat”.

crifício que cause dificuldades em aplicá-la ao sacrifício de Cristo não será satisfatória. Justamente com relação ao único sacrifício perfeito (modelo, portanto, para todos os outros sacrifícios) a definição não se presta ao que deveria! Uma autêntica definição é aquela que se realiza *perfeitamente* no “único sacrifício *perfeito*”.

Ora, a este respeito é sintomático o fato de que os que encontram dificuldade em reconhecer a realização da essência de “sacrifício” na paixão e morte de Cristo, são os teólogos que empregam o seguinte conceito de sacrifício: é um ato da virtude da religião, um ato de culto exterior. Citemos, à guisa de ilustração, o que escreve um teólogo tomista:

Do ponto de vista teológico pode-se objetar [contra o “caráter sacrificial da morte de Cristo”] que, para ser um sacrifício em sentido estrito, faltava à paixão e morte de Cristo de ser um *ato cultural*.

Alguns quiseram encontrar este caráter na oferta interior feita por Cristo na cruz, mas o culto é algo exterior e não é, decerto, suficiente a oferta interior para tornar *ritual* a morte de Cristo. La Taille “imaginou” que Cristo tivesse feito ritual a sua morte, em antecipação, isto é, na última ceia: mas isto é pura imaginação.

A objeção feita baseia-se em um conceito por demais estrito de “cultural”. É evidente que a paixão e morte de Cristo não apresentam nenhum caráter de uma cerimônia litúrgica. Por quê? A liturgia é feita de sinais que se referem a uma realidade. Esta realidade, no caso da liturgia da Nova Aliança e também daquela Antiga (que era profética), é a paixão e morte de Cristo. Para que estas sejam “culturais” basta que sejam “sacrificais”, isto é, que Cristo sobre a cruz tenha realmente oferecido a sua vida ao Pai, em plena consciência e em plena liberdade, para a remissão dos pecados. São atos “culturais” sem serem litúrgicos, são, antes, o princípio de toda a liturgia.²⁶

De fato, o sacrifício da cruz de Cristo não é um sacrifício ritual, mas não é necessário que seja tal para que possa ser sacrifício. A paixão-morte de Cristo não é um “ato cultural”? Vamos ver que é, e de um modo eminente, mas não há na cruz um ato exterior de culto (a Deus) que seria, portanto, objeto direto e próprio da virtude da religião. Há, sim, um ato supremo de amor a Deus e aos homens – dom completo de Si mesmo a Deus em nosso favor – e é deste modo que Jesus presta culto a Deus, oferece o sacrifício redentor.

²⁶ Jean-Hervé NICOLAS, *Sintesi dogmatica. Dalla Trinità alla Trinità*, vol. I, Roma-Vaticano 1991, 686s. O itálico não é original.

Portanto, querendo dar uma definição de sacrifício que se aplique perfeitamente ao sacrifício da cruz de Cristo, como o sacrifício perfeito, e que se aplique igualmente aos outros sacrifícios, manifestando, porém, ao mesmo tempo, o aspecto de imperfeição neles presente, parece-nos que podemos dar a seguinte definição:

O sacrifício é um ato de amor a Deus, pelo qual o ser humano se entrega a si mesmo, em adoração, a Deus, realizando um dom substancial, para entrar em comunhão consumada com Ele.

Nesta definição temos todos os elementos para determinar o que é um sacrifício em sentido *próprio e estrito*, como também poderemos ver que Jesus, por Sua Páscoa, realizou de uma maneira perfeitíssima tudo isso.

Explicemos, portanto, a nossa definição.

Um ato de amor a Deus

O sacrifício é um “*ato de amor a Deus*”. Deve ser ato de amor a Deus, embora o amor a Deus inclua também o amor ao próximo, como consequência necessária, sob pena de o amor a Deus não ser verdadeiro. O grande mandamento é amar a Deus acima de tudo e amar o próximo por amor de Deus; aliás, somente assim é possível amar também os inimigos. Deste modo, o sacrifício como ato de amor a Deus pode incluir o amor ao próximo, enquanto o próximo pode ser o beneficiário do sacrifício. É, evidentemente, o caso do sacrifício da cruz de Cristo, que Ele ofereceu ao Pai para a nossa salvação. Ser ato de amor a Deus é, na nossa definição, como que o gênero. Em seguida vêm as especificações deste ato de amor.

... pelo qual o ser humano se entrega a si mesmo a Deus

O sacrifício é um ato de amor a Deus, “pelo qual o ser humano se entrega a si mesmo a Deus”. Poderíamos ter dito: “o sacrifício é, por parte de um ser humano, um ato de entrega de si mesmo a Deus, motivado e animado pelo amor”. Mas não será que o amor verdadeiro se identifica com o ato de entrega, com o dom de si à pessoa amada? Um ato de amor que não seja, de um ou outro modo, dom de si merece o nome de “amor”? Se, eventualmente, também neste caso se puder ainda falar de “amor”, de tal amor aqui não falamos.

... em adoração

O sacrifício é, portanto, um ato de amor a Deus, pelo qual alguém se entrega a si mesmo a Deus, e isto “*em adoração*”, quer dizer, como um ato de adoração. O sacrifício é uma entrega de amor bem determinada, a

saber, aquela entrega ou aquele amor que é *adoração de Deus*. Esta é uma especificação do ato de amor necessária para que este ato de amor seja um sacrifício. Vamos, portanto, examinar este aspecto da adoração.

Adorar a Deus é reconhecê-lo como Deus, como o Criador e o Salvador, o Senhor e o Mestre de tudo o que existe, o Amor infinito e misericordioso. ... Adorar a Deus é, no respeito e na submissão absoluta, reconhecer “o nada da criatura”, que não existe a não ser por Deus. (*Cat.* 2096s)

Trata-se, portanto, de um ato do *culto devido a Deus*, um ato da assim chamada “virtude da religião”. A palavra “religião” é aqui empregada num sentido estrito, pois ela pode ter uma acepção geral: ligação (aliança) com Deus, comunhão (de conhecimento, amor e vida) com Ele; a ligação do homem a Deus pela vida da graça divina; o encontro pessoal do homem com Deus nos atos das virtudes teologais de fé, esperança e amor. A religião no sentido estrito ou particular é uma virtude moral, quer dizer, uma disposição habitual e firme²⁷ para praticar o culto devido a Deus. O seu objeto direto são, portanto, os atos do culto divino. O culto divino é o *reconhecimento, animado pelo amor, da soberania absoluta de Deus* (origem primeira e fim último, bem-por-essência, Pai de infinita grandeza, ...) sobre mim como criatura e o reconhecimento *da minha dependência total* de Deus e, portanto, do meu dever sagrado de servi-l’O, de me submeter sem reservas a Ele, de cumprir em tudo a Sua vontade. Resumindo: é o reconhecimento de Deus como DEUS. Este reconhecimento implica a realização de atos concretos de reverência e submissão, de entrega completa a Deus.

Quais são os atos do culto divino? As diversas formas e práticas do culto prestado a Deus são múltiplas variações do reconhecimento da absoluta soberania e perfeição de Deus, como também da nossa dependência total d’Ele. Estes dois aspectos condicionam-se mutuamente, um implica o outro, um não pode ser aceito sem o outro. No entanto, num ato concreto de culto divino, um aspecto pode ser mais salientado que o outro, enquanto sempre este outro aspecto não é excluído mas implicado no primeiro. Assim, podemos chamar “adoração” o ato de culto no qual mais se expressa o reconhecimento da majestade e soberania divinas e a ale-

²⁷ Cf. a definição de virtude, em geral, dada no *Catecismo da Igreja Católica*: “As *virtudes humanas* são atitudes firmes, disposições estáveis, perfeições habituais da inteligência e da vontade que regulam nossos atos, ordenando as nossas paixões e guiando-nos segundo a razão e a fé” (n. 1804).

gria por Deus ser tão grande e perfeito. Quando o reconhecimento da nossa dependência total de Deus e a entrega completa de nós mesmos a Ele e ao Seu serviço é mais acentuado, este ato de culto é chamado, em latim, “devotio”. Esta é a “devoção” no seu sentido original e forte.²⁸ Contudo, já que os dois aspectos se implicam mutuamente, podemos resumi-los na palavra “adoração”, como o faz também o Catecismo da Igreja Católica (cf. nn. 2096, 2097, 2628), que define a adoração como sendo “o primeiro ato da virtude da religião” (n. 2096).

Ora, o culto devido somente a Deus – o culto de adoração ou, segundo a expressão grega, o culto de “latria” – é uma *propriedade essencial* das virtudes teológicas, particularmente *do amor*.²⁹ O amor nos faz prestar o culto a Deus. Um amor a Deus que não nos fizesse praticar a virtude da religião, isto é, prestar o culto de adoração a Deus, não seria verdadeiramente amor. É o que se afirma ao dizer que o culto divino é uma *propriedade essencial* do amor a Deus. Se alguém amasse a Deus não como Criador, soberano Senhor, Pai de amor e majestade infinita,³⁰ isto é, não como Deus, de fato não O amaria.³¹ Se alguém me amasse como se ama um animal, de fato não me amaria (e eu, com razão, me sentiria ofendido), pois sou uma pessoa, e o amor a uma pessoa necessariamente tem propriedades que o amor a um animal não tem. Assim também o amor a Deus tem como uma propriedade essencial a de Lhe dar aquilo que, em toda justiça, Lhe devemos, enquanto é o Criador e nós somos Suas criaturas: prestar-Lhe o culto de adoração, amá-l’O, portanto, com um amor adorador, reverente, obediente. Segundo o ensinamento de Jesus, amar a Deus significa necessariamente obedecer-Lhe (cf. Jo 14, 21.23); a união

²⁸ Segundo São Tomás, a *devotio* é “voluntas quaedam prompte tradendi se ad ea quae pertinent ad Dei famulatum” (“vontade de prontamente entregar-se (dedicar-se) às coisas que pertencem ao serviço de Deus”) ou “actus voluntatis hominis offerentis seipsum Deo ad ei serviendum” (“ato de vontade do homem de se oferecer a si mesmo a Deus para o servir”) (*S.Th.* II-II q. 82, a. 1, e *ibid.* ad 1).

²⁹ A fé e a esperança são um pressuposto para a virtude da religião; ninguém presta culto a Deus se não crê n’Ele e não espera d’Ele o bem da salvação.

³⁰ Falamos aqui em termos *cristãos* (Deus como “Pai”, “Abbá”). O que é absolutamente necessário para existir um verdadeiro amor a Deus é amá-l’O como DEUS, e não como uma criatura.

³¹ Vale aqui o que vale também com relação a outras “propriedades essenciais” como, p. ex., a propriedade essencial da unidade do matrimônio. Se alguém, no consentimento matrimonial, excluir esta propriedade, o matrimônio simplesmente não existe; é nulo.

da nossa vontade com a vontade divina não pode ser senão a conformação da nossa vontade à vontade de Deus (não o inverso): a nossa comunhão com Deus assume necessariamente a forma de amor *adorador*, amor de absoluta *reverência e obediência*.

Dissemos que o sacrifício é um ato de amor a Deus. Mas é também um ato da virtude da religião. De fato, é um ato das *duas* virtudes, mas o amor é o mais fundamental: é melhor e mais exato dizer que o sacrifício é um ato de *amor adorador* a qualificá-lo como sendo um ato de *adoração amorosa*. Pois a virtude da religião (prestar o culto de adoração) é uma propriedade essencial do amor a Deus. O que é específico e próprio do amor é o fato de ele nos unir ao amado. A virtude teologal do amor refere-se diretamente a Deus em Si mesmo. Por isso, os passos pelos quais vamos a Deus são os atos de amor, e este amor pode estar presente em todos os atos das outras virtudes e fazer com que se tornem atos de amor. O amor é a “alma”, o princípio vital, de todas as outras virtudes; é o rei que dirige também as virtudes morais (que não têm, diretamente, Deus por objeto) para Deus. Por nenhum ato de uma virtude moral, inclusive os atos da virtude da religião, nem pelos atos das virtudes teologais da fé e da esperança, podemos dar um passo que nos una, de fato, a Deus, se tal ato não for animado pelo amor, isto é, se não for, afinal, um ato de amor a Deus. É óbvio que isto vale também para a virtude moral da religião, a qual tem como propriedade específica a realização dos atos de culto divino; seu objeto *direto* são estes atos e não Deus. Ora, é o amor que nos faz realizar tais atos; a virtude da religião é uma disposição imediata para a realização desses atos; uma disposição que se encontra necessariamente no amor a Deus, enquanto é uma propriedade *essencial* do amor.

Poderá alguém objetar que o específico do sacrifício é de ser um ato da virtude da religião e não do amor e que, por isso, seria melhor dizer que o sacrifício é um ato da virtude da religião, que deve ser animado pelo amor, a dizer que é um ato de amor adorador, reverente, obediente, ou seja, um ato de amor pelo qual – isto é, realizando este ato – a pessoa realiza o dom de si mesma a Deus em reconhecimento da Sua perfeição propriamente divina. Ao nosso ver, no entanto, a segunda perspectiva é preferível, se for levado em consideração o sacrifício da cruz de Cristo. Pois, sem dúvida alguma, a paixão e morte de Jesus – o “único sacrifício perfeito” – foi, antes de tudo, um ato de amor a Deus, e o foi de tal modo que não se acrescenta ao ato específico do amor um ato próprio da virtude da religião, distinto de tal modo do ato da virtude do amor que o ato da religião (embora, por assim dizer, “morto”, sem sua “alma”, que é o amor)

poderia existir sem o ato de amor, como, no entanto, é possível quando se trata de um ato da virtude da religião como tal, o qual pode e, para ser “vivo”, deve ser animado pelo amor (veja-se os sacrifícios rituais).

Aliás, em geral, quando falamos de “amor adorador”, assumimos a perspectiva do hino do amor na primeira carta aos Coríntios (c. 13). Nesta, o Apóstolo Paulo não diz apenas que a caridade nos dá paciência, benignidade, e assim por diante, mas diz que ela *é* paciente, benigna. Daí conclui São Francisco de Sales: “É mesmo próprio das supremas virtudes poder não só ordenar às inferiores que operem, mas poderem elas mesmas fazer o que ordenam às outras.”³² Assim, por exemplo, também J.-H. Nicolas, ao tratar do arrependimento, fala do “amor penitente”:

O arrependimento não é somente um ato da virtude da penitência, mas também e antes de tudo um componente deste amor pelo qual o pecador se converte a Deus, abandonando o seu “mau caminho”: é o “amor penitente”.³³

O nosso caso do sacrifício, porém, parece-nos ser um caso particular, justificando mais ainda que falemos de *amor* adorador. Mas para ver isto ainda melhor, devemos agora examinar, na nossa definição do sacrifício, o elemento do “dom substancial”.

... realizando um dom substancial

O sacrifício é um ato de amor a Deus, pelo qual a pessoa se entrega a si mesma a Deus, “*realizando um dom substancial*”. Esta especificação do ato de amor, que também é necessária para que o ato de amor seja um sacrifício, é decisiva para distinguir entre o sacrifício em sentido *amplo* e aquele em sentido *estrito* ou rigorosamente próprio; de igual modo, nesta especificação manifesta-se, particularmente, a perfeição do sacrifício da cruz de Cristo.

³² S. FRANCISCO DE SALES, *Tratado do Amor de Deus*, livro XI, cap. 8 (Porto 1958, 521). O santo Doutor ainda cita outro Doutor da Igreja: “E o grande Santo Agostinho também diz que o amor de Deus compreende todas as virtudes e faz as vezes delas em nossa alma. Eis as suas palavras: ‘Dizem que a virtude se divide em quatro (referindo-se às quatro virtudes cardeais) e dizem-no a meu ver por causa das diversas afeições que resultam do amor: de modo que eu não poria dúvida em definir estas quatro virtudes da seguinte maneira: A temperança é o amor que se dá inteiramente a Deus; a fortaleza, um amor que sofre de boa mente tudo por Deus; a justiça, um amor que, servindo só a Deus, dirige rectamente tudo o que está subordinado ao homem; a prudência, um amor que escolhe o que lhe é proveitoso, para se unir a Deus e repele o que lhe é nocivo’.” (*ibidem*, p. 522; a citação é da obra de S. Agostinho, *De moribus Ecclesiae catholicae*, cap. 15: PL 32, 1322).

³³ J.-H. NICOLAS, *Sintesi dogmatica. Dalla Trinità alla Trinità*, vol. II, Roma-Vaticano 1992, 508.

A “entrega de si mesmo a Deus, realizando um dom substancial” significa: para haver um verdadeiro sacrifício é necessário que aquilo que é entregue (oferecido) seja uma substância, um *ser substancial*, não apenas uma ação; deve ser um *ser*, não somente um agir; e tratando-se de um ser vivo, precisa ser a *vida*, no sentido primário desta palavra, isto é, a *própria substância* do ser vivo, não apenas uma *atividade vital*.³⁴

Ao tratar do sacrifício exterior-visível como símbolo do sacrifício interior-invisível, esclarecemos que no sacrifício se trata da entrega da pessoa a Deus não apenas segundo a sua dimensão espiritual, interior, invisível, mas também segundo a dimensão corporal, exterior, visível. Falando dos sacrifícios “indiretos”, isto é, dos sacrifícios rituais, dissemos que a natureza humana, sendo uma união de alma espiritual e corpo material, requer a expressão corporal-sensível do ato interior de entrega. Como a alma e o corpo humanos formam um só ser substancial, o ser humano, assim também a entrega da pessoa de si mesma a Deus é *completa e perfeita* se não é apenas entrega espiritual-invisível, mas também corporal-visível, formando com a primeira um só ato de entrega, e sendo o elemento corporal-visível *expressão concreta*, “*encarnada*” do elemento espiritual-invisível.

Em geral, tal expressão podem ser *palavras e ações simbólicas*. Estas expressões têm seu valor de culto não em si mesmas (no seu ser material), mas pelo fato de serem animadas pelo espírito da adoração, da entrega a Deus, e na medida em que são animadas deste espírito. Caso contrário, não têm valor diante de Deus.³⁵ As *ações simbólicas* que ex-

³⁴ Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* I q. 18, a. 2. Parece-nos útil citar aqui os esclarecimentos de São Tomás: “Toma-se o nome *vida* de algo que aparece externamente em uma coisa, que é o mover-se a si mesma. Entretanto, não foi dado esse nome para isso significar, e sim a *substância* à qual convém segundo sua natureza mover-se a si própria, ou determinar-se de algum modo à sua operação. Assim, viver não é outra coisa senão existir em tal natureza, e a vida significa isso mesmo, mas sob uma forma abstrata, como o nome *corrida* significa abstratamente o *correr*. *Vivo* não é então um predicado accidental, mas substancial. – No entanto, vida é tomada às vezes, com menos propriedade, para designar as operações vitais de onde vem esse nome. Daí, escrever o Filósofo [Aristóteles] no livro IX da *Ética*: ‘Viver é principalmente sentir e conhecer’.”

³⁵ Assim, o ato interior da elevação do espírito para Deus pode ser expresso audivelmente por palavras pronunciadas. Mas estas palavras não têm em si mesmas, como sons articulados, valor de culto divino; somente o têm se são animadas pelo espírito da adoração de Deus, da entrega a Ele. Isto não se dá quando são recitadas ou cantadas sem aquele espírito de adoração ou se é uma máquina que as produz. Por isso, o salmista diz:

pressam sensivelmente os atos espirituais de culto divino podem ser, particularmente, a inclinação (profunda), a genuflexão ou prostração por terra e, de modo especial, a oblação e o *sacrifício*.

Na oblação e no sacrifício, a ação exterior consiste em que o homem entrega a Deus um dom visível corporal, um *ser substancial*. Isto distingue as oblações e sacrifícios das outras ações simbólicas, também elas expressões do ato interior de adoração. Portanto, “realizando um dom substancial” é que há um sacrifício no sentido estrito.

Falamos de *oblação* e *sacrifício*. Na história da teologia encontramos reflexões sobre a distinção entre eles. Esta distinção entre a simples oferta (oblação) e o sacrifício pode projetar mais uma luz sobre o sacrifício. Segundo São Tomás, todo sacrifício é uma oblação, mas nem toda oblação é um sacrifício.³⁶ O que faz de uma oblação um sacrifício? É a maneira diferente da entrega do dom a Deus. A mera oblação se faz simplesmente apresentando o dom a Deus, colocando o dom na presença de Deus.³⁷ Tal dom pode ser retirado pelo homem e usado para fins que não são de culto a Deus.³⁸ Por isso, a entrega *completa e irrevogável* do dom a Deus não é expressa pela simples oblação. Há um sacrifício quando o dom é de tal modo *transformado* que é irrevogavelmente tirado do uso profano³⁹ e, deste modo, a oferta do dom a Deus pode significar a entrega completa e irrevogável a Ele. Como já dissemos, o sacrifício é uma oblação: uma oferta de um dom substancial; mas aquela transformação realizada no dom simboliza com maior clareza o sentido e o fim da oferta. Por isso, tal oblação recebeu, na teologia, um nome próprio: é um “sacrifício”.

Mas o sacrifício só será *perfeito* se o dom substancial oferecido não for alguma coisa *distinta* da própria pessoa que oferece o sacrifício, isto é, se – segundo a terminologia acima exposta – não for um sacrifício “in-

“Mas com lábios hipócritas falavam e mentiam a Deus com suas línguas” (Sl 77, 36). E Jesus mesmo cita o profeta Isaías: “Hipócritas! Bem profetizou a vosso respeito Isaías, quando afirmou: ‘Este povo me honra com os lábios, mas seu coração está longe de mim. O culto que me prestam é vão’ ...” (Mt 15, 7-9).

³⁶ Cf. *S.Th.* II-II q. 85, a. 3 ad 3.

³⁷ Um exemplo são as primícias (cf. *Dt* 26, 1-10) ou os pães de apresentação (ou de proposição ou de presença), todos os sábados renovados (cf. *Ex* 25, 30; *Nm* 4, 7; *ISm* 21, 7).

³⁸ Cf. o episódio narrado em *ISm* 21, 5-7; cf. *Mt* 12, 4.

³⁹ É a ação de tornar sagrado o dom – “*sacrum facere*” – que faz com que a oblação seja um “sacrificium”; cf. S. TOMÁS, *S.Th.* II-II q. 85, a. 3 ad 3.

direto”, mas “direto”: se é a própria pessoa que se oferece *a si mesma* – em todo o seu ser substancial, portanto, também na sua dimensão corporal, visível, exterior – a Deus. Para haver o sacrifício perfeito, o homem deverá oferecer a Deus a sua *própria* vida (a sua própria substância), não a vida de um outro ser vivo.⁴⁰

Oferecer a própria vida, neste sentido, não significa necessariamente matar-se a si mesmo, tirar-se a si mesmo a vida, nem ser morto por outra pessoa, isto é, deixar-se matar; não implica necessariamente a morte do homem. Significa, sim, que a pessoa, com todo o seu ser, se entrega a Deus, passa deste mundo para o domínio perfeito de Deus, para a união consumada e definitiva com Ele ou, ao menos, que dê um passo real neste sentido. No mundo atual, depois do pecado original, esta passagem se dá pelo caminho da morte. Se, no entanto, não houvesse o pecado no mundo, não haveria a morte. Haveria uma passagem-transformação desta vida terrena à vida glorificada de perfeita comunhão feliz com Deus, sem acontecer aquela “catástrofe” que é a morte do ser humano. Pois o essencial para haver o sacrifício perfeito é que se realize a entrega completa da pessoa, uma *entrega substancial*, uma entrega que *transforma a pessoa*, que a *santifica* pela união com Deus, o único Santo.

Assim chegamos à última parte da nossa definição: a finalidade essencial do sacrifício é a de *entrar em comunhão consumada com Deus*. Trata-se do fim do sacrifício, isto é, aquilo que a oferta do sacrifício quer alcançar: o seu “*fruto*”.

Mais uma vez, alguém poderá objetar que o fim do *amor* é a *comunhão perfeita* com Deus, enquanto o fim do ato da virtude da *religião* é a *glorificação* de Deus. Daí, sendo o sacrifício um ato da virtude da religião, o seu fim é dar glória a Deus. Certo, trata-se de dar glória a Deus, dar-Lhe a honra devida. Porém, em que consiste a glória de Deus? A “glória de Deus é o homem vivo, e a vida do homem é a visão de Deus”.⁴¹ Portanto, a glória de Deus é o homem na comunhão perfeita com Deus. Por conseguinte, aderir a Deus pelo ato de amor que tende à comunhão consumada com Ele e que se realiza como um dom total de si mesmo a Deus – um dom que necessariamente é expressão de adoração (como podia não o ser, se se trata de uma propriedade essencial do amor a Deus?) –

⁴⁰ Esta vida é simbolizada pelo sangue.

⁴¹ S. IRINEU, *Adversus haereses*, 2, 30, 9 (citado no *Cat.* 294).

é, como tal, glorificar a Deus, é prestar-Lhe a devida honra, é prestar-Lhe o culto mais perfeito de que o ser humano é capaz. Ora, o sacrifício da cruz de Cristo é um tal ato de amor. Não é (apenas⁴²) um ato de culto exterior (ato da virtude da religião, “ato cultural”), que é ordenado e animado pelo amor, mas é propriamente um ato de amor a Deus, pelo qual dá a Deus a devida honra e glória. Portanto, é *por esse ato de amor*, através do qual se entrega totalmente a Deus (e que, antes ainda, pressupõe o correspondente conhecimento de Deus), que o ser humano *reconhece perfeitamente a Deus como Deus*, prestando-Lhe, portanto, o devido culto.

O sacrifício de adoração na forma do louvor, da ação de graças, impetração e reparação

Com este esclarecimento, podemos agora, antes de expor o fim da comunhão consumada com Deus, refletir sobre aquilo que se tem chamado “fins do sacrifício”. Estes “fins” são aquilo que o ato sacrificial, isto é, o ato de amor a Deus, expressa: a *adoração*. Se a entrega de amor a Deus é autêntica, não pode deixar de ser um ato de adoração: é amor adorador. Por isso mesmo, um sacrifício – uma tal entrega total, incondicional de amor – não se deve oferecer senão a Deus. A adoração é o sentido de todo autêntico sacrifício. Os outros “fins do sacrifício”, como são o *louvor*, a *ação de graças*, a *impetração* (pedir para si mesmo ou para os outros, isto é, interceder) e a *reparação* (sacrifício expiatório) não são acrescentados à adoração, mas, na verdade, são *concretizações da adoração*, em conformidade com as diversas situações do homem diante de Deus.⁴³ Pois, tanto no louvor como também na ação de graças, impetração e reparação trata-se de adoração: reconhecimento de Deus como Deus e da minha situação, como criatura e filho, diante d’Ele como Criador e Pai de infinita grandeza. Portanto, a adoração expressa pelo ato de amor a Deus que é um sacrifício⁴⁴, assume diversas formas, que são o louvor, a ação de graças, a impetração e a reparação. Vejamos brevemente estas diversas concretizações da adoração.

⁴² O sacrifício da cruz de Cristo, como já vimos, nem é um ato exterior de culto, um sacrifício ritual! O que tem de “exterior” vamos ainda ver melhor.

⁴³ Cf. Otto SEMMELROTH, *Opfer*, em: *Sacramentum Mundi. Theologisches Lexikon für die Praxis*, vol. III, Freiburg 1969, 879.

⁴⁴ Note-se que ainda não expomos todas as características do ato de amor que é um sacrifício.

O primeiro lugar merece a concretização da adoração no sentido do *louvor*: o “sacrifício de louvor”. Isto fica evidente se citarmos o que diz o Catecismo da Igreja Católica sobre a oração de louvor (n. 2639): “O louvor é a forma de oração que reconhece o mais imediatamente possível que Deus é Deus! Canta-o pelo que Ele mesmo é, dá-lhe glória, mais do que pelo que Ele faz, por aquilo que Ele É.” Em primeiro lugar está o louvor porque reconhece *o mais imediatamente possível* a Deus como Deus, uma vez que Lhe dá glória, antes de mais nada, por aquilo que Ele é, enquanto a adoração de *ação de graças* Lhe dá glória, reconhece-O como Deus, por aquilo que Ele *fez* e está fazendo por nós; reconhece-O como fonte primeira e transcendente de todos os dons já recebidos. O sacrifício no seu sentido de *súplica* reconhece a Deus como Deus enquanto origem de todos os dons de que necessitamos (nós e os outros); reconhece, portanto, a nossa situação de dependência total d’Ele, dizendo o “sim” ao fato de que sem Ele (sem Seus dons) não podemos fazer nada (cf. *Jo* 15, 5).

Enfim, há ainda outro sentido do sacrifício que depende do fato de ter acontecido o pecado: o “sacrifício *expiatório*”, propiciatório, reparador. Sem uma conexão com o pecado, o sacrifício não poderia ter este sentido; sem o pecado, o sacrifício, como adoração de Deus, não assumiria esta modalidade. Obviamente, aqui surge a questão: o que é necessário para que o “ato de amor a Deus, pelo qual o ser humano se entrega a si mesmo, em adoração, a Deus, realizando um dom substancial”, seja um sacrifício *expiatório*? Mas, antes de responder a esta questão, examinemos agora aquela finalidade de todo sacrifício que é a *comunhão consumada com Deus*.

... para entrar em comunhão consumada com Deus

Se o sacrifício é um ato de *amor* a Deus não pode deixar de ter a finalidade da união, da comunhão pessoal com Ele. Pois o amor é força unitiva entre pessoas. A busca da união com a pessoa amada é essencial ao amor. O amor de quem não está já em comunhão perfeita com a pessoa amada assume a forma de inclinação, tendência à pessoa amada; ele é “*movimento*” para a comunhão consumada com a pessoa amada. Quando alcança esta comunhão perfeita, cessa o movimento e fica a complacência, o gozo dessa comunhão; a pessoa amante “repousa” na pessoa amada, gozando da união com ela.

Portanto, sendo um ato de amor a Deus, o sacrifício, por sua própria essência, tem por fim a comunhão com Deus; e não pode ser qualquer comunhão, mas a comunhão *consumada*, tanto quanto for possível. Pode

ser que o sacrifício não atinja logo esta comunhão perfeita, mas isto não impede que esta seja a meta final de todo sacrifício.

Se o sacrifício é um ato de amor a Deus, pelo qual alguém se entrega a si mesmo a Deus, *para entrar* em comunhão consumada com Ele, necessariamente é o ato de amor de alguém que está *ainda a caminho* da perfeita e bem-aventurada comunhão com Deus. Quem já estiver nesta comunhão consumada não mais oferecerá um sacrifício, mas gozará do “fruto” do seu sacrifício; encontrar-se-á no estado da consumação do sacrifício.

Afirmamos, portanto, que o ato de amor de uma pessoa que já se encontra na perfeita comunhão com Deus não é um sacrifício, nem em sentido amplo. Para que um ato de amor possa ser um sacrifício, a pessoa precisa estar “*em estado de caminhada*” (“*in statu viae*”⁴⁵) para Deus. Isto significa também que esse ato de amor deve ser um ato *livre*, e para ser livre tem que ser, de alguma maneira, *sofredor*. Esta conexão entre sofrimento e liberdade nem todos reconhecem. Contudo, a descoberta desta conexão pode projetar luz sobre questões centrais da soteriologia, como também, em geral, sobre a relação da pessoa criada com Deus. Num artigo anterior, nesta revista,⁴⁶ explicamos e demos a razão por que um determinado tipo de sofrimento é *condição* para a liberdade do nosso amor a Deus. A razão é que a pessoa que está na comunhão perfeita com Deus, vendo-O em visão imediata – e, portanto, isenta de qualquer tipo de sofrimento, tendo seu desejo de felicidade plenamente satisfeito – não pode *não* amá-lo, não pode deixar de amá-lo; ama-O *necessariamente*. Com efeito, necessário é aquilo que não pode não ser ou não acontecer. Porém, é preciso distinguir entre a necessidade de *coação* e a necessidade de *inclinação natural*. Querer o bem faz parte da *natureza* da vontade. Se, na visão imediata de Deus, é apresentado à vontade o próprio bem-por-essência, ela está, pela sua própria natureza, *determinada a uma só coisa*: aderir a este bem. Não se lhe oferece uma possibilidade de escolha; é irresistivelmente atraída. Por isso não pode não querer Deus, o bem-por-essência. Mas isto não quer dizer que haja coação; a vontade não é forçada, violentada; é um ato plenamente *voluntário*, mas não *formalmente livre*.

⁴⁵ Expressão usada também pelo Catecismo da Igreja Católica, n. 302.

⁴⁶ N. THANNER, *O porquê da Cruz (I)*, em: *Sapientia Crucis* 1 (2000) 65-85; exatamente pp. 77-80.

Ora, se meu ato de amor é *livre* (não necessário pela necessidade da inclinação natural), é *meu próprio* ato.⁴⁷ Sem esta liberdade, o que eu poderia dar a Deus que fosse um dom *meu* para Ele? Algo propriamente meu e não pura e simplesmente propriedade d’Ele mesmo? Não é que tudo que sou e tenho vem d’Ele? Não é tudo dom d’Ele para mim? Não sou, como criatura e como filho que participa da Sua natureza divina (cf. *2Pd* 1, 4), dependente d’Ele em tudo? O próprio amor com que eu respondo ao Seu amor, porventura, não é dom gratuito d’Ele para mim? Pois, como escreve São Paulo, “Deus derramou o Seu amor em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (*Rm* 5, 5). Não é outra coisa a não ser a liberdade que faz possível que eu devolva a Deus este amor divino como um dom *meu*, como *meu próprio* amor para com Ele. Não deixa de ser *Seu* amor, mas também se torna formalmente *meu* amor. Nisto está a grandeza e perfeição próprias do meu amor de *filho* para com Deus, participando deste modo do mistério trinitário de amor, isto é, exatamente, participando do amor do Filho eterno para com Seu Pai.⁴⁸

Somente quando se reconhece os *dois* aspectos (meu amor é dom recebido de Deus e, ao mesmo tempo, é meu próprio amor, é meu dom a Deus) obtém-se uma concepção certa do sacrifício, evitando toda unilateralidade, que reduz a realidade do sacrifício a um ou outro aspecto. Com razão, tem-se frisado – particularmente com referência ao mistério do sacrifício da cruz de Cristo – que, no sacrifício, Deus tem o primeiro lugar. Assim, por exemplo, François Bourassa escreve: “O *princípio* primeiro bem como o *termo* deste movimento [isto é, do sacrifício] não é a criatura, mas *Deus* mesmo: Deus mesmo é o autor do sacrifício. ... o sacrifício é essencialmente, – não unicamente, mas primordialmente –, segundo a linguagem bíblica, ‘a obra de Deus’, aquela que o Evangelho de João atribui a todo o curso da vida de Cristo: ‘Meu alimento é fazer a *vontade* daquele que me enviou a levar a cabo *a sua obra*’ (*Jo* 4, 34): ‘É preciso que *realizemos as obras* daquele que me enviou’ (*Jo* 9, 4). (‘Realizar as obras’ de Deus é a expressão dos LXX para definir o *serviço* litúrgico [leitourgein] confiado aos levitas [*Nm* 8]).”⁴⁹ “Assim se revela o primeiro elemento do sacrifício. Antes de tudo, é ‘a obra de Deus’, ‘o Dom de Deus’.”⁵⁰

⁴⁷ Cf. *Cat.* 1745.

⁴⁸ Cf. *O porquê da Cruz (I)*, 81-83.

⁴⁹ François BOURASSA, *Redenzione e Sacrificio*, Città del Vaticano 1989, 200.

⁵⁰ *Id.*, *ibid.*, 210.

Por outro lado, é próprio do sacrifício ser a oferta, *o dom que o ser humano faz de si mesmo a Deus*; é mesmo o ápice do amor do homem a Deus (e aos outros homens). O sacrifício é, por definição, o ato de amor *do homem* a Deus e não o ato de amor de Deus ao homem. Portanto, segundo o aspecto determinante, o sacrifício é o movimento do homem a Deus; é o dom que o homem faz de si mesmo a Deus. Esta entrega da pessoa *pressupõe* o dom que Deus lhe faz, e é neste sentido que o dom de Deus ao homem entra na realidade do sacrifício.

Isto se vê com toda clareza no sacrifício de Jesus Cristo. Ele é o Filho eterno de Deus feito homem. A encarnação é o supremo dom de Deus à humanidade. Pela encarnação, a segunda Pessoa divina é plenamente e perfeitamente homem; colocou-Se, assim, totalmente do lado do homem defronte de Deus. O sacrifício da cruz de Cristo é ato do Seu amor *humano* (divinizado, participante do amor propriamente divino); é a entrega que Jesus-homem faz de Si mesmo, em adoração, a Deus. Enquanto homem, Jesus adora a Deus, Seu Pai; enquanto homem, Ele realiza o amor reverente, adorador, obediente.

Recapitulando, podemos dizer que o sacrifício é um *ato de amor a Deus* por parte do homem, com *características específicas*. Deve ser um ato de amor de alguém que está *ainda a caminho* da comunhão consumada com Deus; isto significa que deve ser um ato *livre* de amor, o que, por sua vez, significa que deve ser um ato de amor *sofredor*. Tal “sofrimento”, condição para a liberdade do ato de amor, é aquele que está implicado no estado de caminhada da criatura para Deus.⁵¹ Existe outro tipo de sofrimento – no qual costumamos pensar quando usamos a palavra “sofrimento”, pois este sofrimento é da nossa experiência imediata e mais forte – que é consequência do pecado. Este sofrimento é uma condição para que o sacrifício possa ser um sacrifício *expiatório*.

⁵¹ Cf. N. THANNER, *O porquê da Cruz (I)*, 78s. Neste artigo esclarecemos que este “tipo de sofrimento (desejo real não satisfeito, ou seja, a percepção disso) não tem nada a ver com uma desordem nem provém de uma desordem; não provém do pecado, é anterior ao pecado. Este sofrimento não é causado por um ato desordenado do homem, nem constitui uma desordem. Pelo contrário, como diz São Tomás, aqui se trata de uma *exigência* da *ordem da sabedoria divina*. A ordem estabelecida sabiamente por Deus comporta necessariamente aquele sofrimento. Esta ordem é simplesmente a condição da pessoa criada que se encontra em ‘estado de *caminhada*’, em estado de *liberdade* para se decidir livremente pelo bem supremo, isto é, por Deus. Em outras palavras: é a condição do estado de *provação* da pessoa humana ou angélica. É a *Cruz da provação*” (p. 79).

A característica própria do sacrifício expiatório

Ao abordar o sacrifício de adoração nas suas diversas formas, constatamos que, inevitavelmente, surge a questão: o que é necessário para que o “ato de amor a Deus, pelo qual o ser humano se entrega a si mesmo, em adoração, a Deus, realizando um dom substancial”, seja um sacrifício *expiatório*? Agora podemos dar a resposta.

Para poder haver um sacrifício é preciso que a pessoa que oferece o sacrifício esteja em estado de caminhada para a última perfeição em Deus. Isto implica um certo sofrimento, que não tem nada a ver com o pecado. Nesse estado de caminhada, a oferta da própria vida a Deus – oferta através da qual se passa à comunhão consumada com Deus – não implica necessariamente a morte do homem. O sacrifício perfeito, pelo qual se realizaria a passagem do homem deste mundo ao mundo da comunhão consumada e definitiva com Deus, não ia requerer que o homem passasse pela morte; não haveria morte, mas puramente *transformação*.

Porém, aconteceu o desastre do pecado; o homem abusou da sua liberdade. Consequência do pecado foi e continua a ser aquele tipo de sofrimento que todos nós conhecemos muito bem, e cujo coroamento e também expressão culminante é a *morte*.

Ora, para o sacrifício expiatório, isto é, o sacrifício que repara o pecado, vale perfeitamente a nossa definição de sacrifício; apenas é preciso esclarecer que o ato livre de amor deve ser livre não apenas pelo sofrimento implicado no estado de caminhada, mas *por aquele sofrimento que é consequência do pecado*. O sacrifício expiatório é o sacrifício de quem se encontra numa *situação devida ao pecado* – seja que ele mesmo tenha pecado, seja que assuma, de alguma maneira, o pecado de outros, fazendo-se solidário com eles.

O ato de amor no qual consiste o sacrifício expiatório deve ser, portanto, o de um amor “penitente”: um amor que *sofre por causa do pecado*, quer do pecado próprio, quer do pecado de outras pessoas, com as quais, pelo amor, se torna solidário. É um amor *maior*. Pois, além da possibilidade geral de o amor ser maior por seu maior grau de *intensidade*, o amor pode ser maior pela maior *liberdade*. Esta liberdade é uma perfeição extrínseca⁵² do amor, enquanto a intensidade é perfeição intrínseca dele,

⁵² Perfeição “extrínseca” quer dizer uma perfeição sem a qual o amor *como tal* pode existir; uma perfeição que se acrescenta à essência do amor, que, portanto, faz com que o

e, no entanto, também a perfeição extrínseca não deixa de ser uma perfeição. Ora, sem dúvida alguma, a liberdade é maior se o sofrimento é maior.⁵³ Por isso, pressupondo a mesma intensidade de amor, o sacrifício expiatório é um ato de amor maior do que aquele do sacrifício que não tem nada a ver com o pecado. Eis aqui uma verificação da verdade daquela afirmação que diz que Deus não permitiria o mal se não soubesse tirar dele um bem. Deus não quis, de modo algum, o mal do pecado; Ele apenas o permitiu (não o impediu por Sua onipotência). Acontece o pecado, com suas consequências nefastas. Agora, porém, o amor divino sabe aproveitar estas consequências – que são os sofrimentos devidos ao pecado, com a morte como expressão e coroamento deste sofrimento – para manifestar de uma maneira e numa medida estupenda o Seu amor para conosco,⁵⁴ como também para nos dar a possibilidade de realizar um amor maior, mais perfeito, também estupendo; é uma possibilidade que não existiria se não houvesse acontecido o pecado.

Sendo assim, fica claro que o sacrifício perfeito (“direto”), se for sacrifício expiatório, realizar-se-á *através da morte* (aceita por um ato da vontade livre), e que este sacrifício será o sacrifício *mais perfeito*; pois entregar a vida a Deus na modalidade da morte – realizar, através da morte, a passagem deste mundo ao mundo da comunhão consumada com Deus – é realizar um ato maior de amor a Deus, portanto, um sacrifício mais perfeito do que seria o sacrifício não expiatório. O ato de amor *reparador* (pensando já em Jesus e na nossa participação no Seu sacrifício, podemos dizer: ato de amor *redentor*) é um ato de amor *maior*.

2. A realização perfeitíssima da essência do sacrifício no “único sacrifício perfeito”: o sacrifício da cruz de Cristo

A definição de sacrifício que acabamos de explicar quis determinar a essência do sacrifício “como se manifesta no sacrifício da cruz de Cristo”. Esta foi a nossa afirmação inicial. Agora podemos mostrar que, de fato, esta essência realiza-se, de uma maneira perfeitíssima, no sacrifício da cruz de Cristo.

amor tenha uma determinada qualidade que nem todo amor tem, sem que deixe, necessariamente, de ser verdadeiro amor.

⁵³ Cf. N. THANNER, *O porquê da cruz (II)*, em: *Sapientia Crucis* 2 (2001) 49.

⁵⁴ Cf. ID., *ibid.*, 51s.

“Procedei com amor – escreve o Apóstolo Paulo aos Efésios – imitando Cristo que vos amou e se entregou por nós a Deus, como oferta e sacrifício de suave perfume” (*Ef* 5, 2). O Apóstolo exorta os cristãos a imitarem Cristo no Seu amor com que Se ofereceu a Deus em sacrifício para a nossa salvação. São Paulo faz aqui referência direta ao amor de Jesus por nós homens, que se manifestou no Seu sacrifício, isto é, na Sua entrega por nós a Deus como vítima agradável a Ele. Mas não há dúvida de que esta Sua entrega a Deus em nosso favor, isto é, por amor a nós, foi um ato de amor *a Deus*. No Evangelho de São João podemos ler um testemunho explícito disso nos lábios de Jesus. Estando para entrar na Sua paixão, Ele diz que o príncipe deste mundo (Satanás) não poderia nada contra Ele, se Ele quisesse impedi-lo de Lhe fazer um mal, “mas, diz Ele, é preciso que o mundo saiba que *eu amo o Pai* e procedo como o Pai me ordenou!” (*Jo* 14, 31). Realizar o que o Pai Lhe ordenou é ato de amor ao Pai (cf. *Jo* 14, 21; 15, 10; 10, 18).

Além disso, Jesus confirmou que o maior e *primeiro* mandamento é o do amor a Deus com todas as forças (cf. *Mt* 22, 37-38). O mandamento do amor ao próximo é o *segundo* mandamento (cf. *Mt* 22, 39). Ora, o primeiro é, sem dúvida alguma, o *fundamento* do segundo. Pois “quem ama o que gerou ama o que foi gerado. Sabemos que amamos os filhos de Deus, quando amamos a Deus e cumprimos Seus mandamentos” (*1Jo* 5, 1s). O amor aos irmãos é uma consequência essencial do amor a Deus: “quem ama a Deus, ame também seu irmão” (*1Jo* 4, 21; cf. 4, 20); caso contrário não existiria verdadeiro amor a Deus.

É de importância capital reconhecer na paixão e morte de Jesus um ato de amor *a Deus*. Se fosse somente ou fundamentalmente um ato de amor a nós homens e não, em primeiro lugar e fundamentalmente, um ato de amor a Deus, poderia ser algum ato de *amor*, mas não seria um *sacrifício*. Não será que é porque “esquecem” que a paixão e morte de Jesus foi um ato de amor *ao Pai*, querendo ver nelas unicamente um ato heróico de amor aos homens, que certos teólogos têm tanta dificuldade em reconhecer clara e plenamente, no acontecimento do Gólgota, um autêntico sacrifício?!⁵⁵ De fato, quando se considera apenas o Seu amor aos

⁵⁵ Karl-Heinz Menke afirma categoricamente: “Adressat der mit der eigenen Person identischen Opfergabe Jesu ist nicht Gott, sondern der Sünder” (Id., *Opfer*, em: LThK³, vol. 7, 1069). Portanto, ele nega expressamente que Jesus Se entregue, em sacrifício (expiatório), ao Pai; segundo ele, não é ao Pai que Jesus Se entrega, mas ao pecador. Ora,

homens, não se pode reconhecer nesse evento um sacrifício, ou se dá uma interpretação insuficiente ou errônea do que foi realmente este “sacrifício”.

Na verdade, porém, a paixão e morte de Jesus foi um ato de amor a Deus, Seu Pai, ou melhor, foi o ato *supremo* de amor ao Pai, como também foi, inseparavelmente, ato supremo de amor a nós. Foi o ato supremo de amor a Deus Pai, pelo qual Jesus Se entregou a Si mesmo, em adoração, a Ele. A perfeição deste ato de amor foi máxima, tanto na *intensidade* (perfeição intrínseca) quanto na *liberdade* (perfeição extrínseca).

Foi um ato *livre* de amor, ou com mais exatidão, um ato *libérrimo*. Foi um ato livre de amor, pois Jesus encontrava-Se *a caminho do Pai*: “Eu vou para o Pai” (*Jo* 16, 28; cf. 16, 5.10.17; 17, 13: “estando ainda no mundo”). Foi ato de amor libérrimo, porque foi ato de amor imensamente *sofredor*.⁵⁶

Além disso, foi ato de máxima liberdade porque Ele sofreu e morreu *porque quis*. Pois, sendo um homem que é *Pessoa divina* de natureza humana,⁵⁷ Ele tinha o poder soberano sobre Sua vida humana, como nenhum outro homem o tem. “Dou minha vida para retomá-la de novo. Ninguém me tira a vida; mas eu a dou *por minha própria vontade*. Tenho poder de entregá-la e poder e a retomar” (*Jo* 10, 17s). Jamais existiu um ato de amor a Deus (e aos outros homens) que fosse tão livre e tão intenso!

Com este ato de amor Jesus realizou, como homem, a entrega total de Si mesmo ao Pai, e por esta entrega *reconheceu* o Pai, em obediência incondicional a Ele, *como Deus*; foi, portanto, um ato de *adoração*, de plena submissão ao Pai: “Este é o mandamento que recebi de meu Pai”

esta afirmação implica um desconhecimento total do que é um sacrifício. Cf. também JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, n. 13, onde o Papa confirma a doutrina católica da Eucaristia como “sacrifício em sentido próprio”, e em seguida explica que, por isso mesmo, “é em primeiro lugar um dom a seu Pai. Certamente, é um dom em nosso favor ..., mas *primariamente um dom ao Pai*”.

⁵⁶ Recordemos a conexão entre sofrimento e liberdade. Quanto à grandeza do sofrimento de Jesus, não é um piedoso exagero quando São Tomás (e não apenas ele) afirma que o sofrimento (dor corporal ou sensível e dor espiritual ou interior) de Jesus na Sua paixão foi maior do que todos os outros sofrimentos, ou seja, foi o máximo entre os sofrimentos da vida humana aqui na terra (cf. *S.Th.* III q. 46, a. 6). Ele indica quatro razões para isso: as causas da dor, a perfeição da percepção (sensível e espiritual) de Jesus como homem, a pureza da dor (sem ser mitigada), a liberdade de sofrer a dor.

⁵⁷ Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* III q. 16, a. 2.

(Jo 10, 18). “Abbá! ... não o que eu quero, mas o que Tu queres!” (Mc 14, 36); custou-Lhe muito esta total submissão à vontade do Pai! Mas Ele a realizou, porque “Eu amo o Pai e [por isso] procedo como o Pai me ordenou” (Jo 14, 31).

Foi, portanto, um ato de adoração a Deus, ato supremo de culto a Deus, em *louvor*,⁵⁸ *ação de graças* e *súplica*.⁵⁹ Este ato de amor a Deus realizou plenamente a sua propriedade essencial de prestar culto de adoração, de obedecer, submetendo-se completamente à vontade divina. Foi também um ato de adoração na forma de sacrifício *expiatório*, pois o amor de Jesus realizou uma solidariedade extrema para com os homens pecadores, tanto que ela ultrapassa tudo o que podemos compreender;⁶⁰ ela fica, pois, na sua profundidade divino-humana, um mistério.

Foi um sacrifício perfeito, porque realizou o “dom substancial” da maneira perfeita, quer dizer, não por uma oferta indireta de Si mesmo e, sim, pela oferta direta: ofereceu Seu próprio *ser*, Sua própria *vida* a Deus.

Por esta oferta substancial de Si mesmo Jesus entrou na *comunhão consumada, gloriosa* com Deus Pai, no Espírito Santo. “Sabendo Jesus que tinha chegado a hora de passar deste mundo para o Pai” (Jo 13, 1), Ele realizou esta Sua “Páscoa”, levando à última perfeição não somente o amor aos “seus que estavam no mundo”, mas também Seu amor ao Pai. Foi, portanto, por meio do Seu ato supremo de amor ao Pai que Ele realizou a Sua Páscoa. Pois o amor livre-sofredor é *movimento rumo à pessoa amada*, rumo à união perfeita com ela. O ato de amor que é um sacrifício tem essencialmente uma característica “*pascal*”, o que significa também que se realiza uma *transformação* da existência terrena, mortal à existência imortal, escatológica, eterna.

Com razão, Fr. Bourassa escreve:

O sacrifício é essencialmente um “*mistério*” *pascal*. ... é um processo de morte e ressurreição. *Páscoa*, “passagem da morte à vida”. Para a criatura, a condição absoluta e ontologicamente necessária do sacrifício é a de ser um *êxodo*, êxtase, sair de si, uma passagem para o além. Uma vez que Deus é Aquele que está acima de tudo, o acesso à intimidade do Deus vivente implica necessariamente, para a criatura, que ela venha para além dos limites

⁵⁸ Cf. Jo 12, 27-28.

⁵⁹ Quanto à última característica, a súplica, temos uma expressão sensível nas palavras de Jesus: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem” (Lc 23, 34).

⁶⁰ Cf. N. THANNER, *O porquê da Cruz (II)*, pp. 46-49.

da sua natureza criada. Impossível é passar à vida imortal sem deixar o mundo da mortalidade. ... A Abraão Deus disse: “*Sai* da tua terra, da tua casa, da casa do teu pai, e *vai* à terra que eu te indicar”. Assim como o apelo dirigido aos Apóstolos é “Segui-me”; e “deixando tudo”, o seguiram. Se Deus não é Aquele que exige de toda criatura um superação rumo ao Infinito, então não é ele. Se o seu amor não exige do homem que deixe tudo para possuí-lo e o busque sempre para encontrá-lo, então não é Deus e não é a Caridade que é Deus. ... é o sentido positivo da renúncia ou da abnegação cristã: “Se alguém quer vir após mim, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e *me siga*”, o que quer significar a passagem deste mundo ao Pai (*Jo* 13, 1). “Eu vos levarei comigo, para que, onde *Eu estiver*, também vós estejais comigo”.⁶¹

Jesus Cristo nos precedeu, abriu-nos o caminho; por isso, a vida cristã significa seguir a Cristo, *entrar no movimento da Sua Páscoa*, isto é, do Seu sacrifício da cruz, oferecido uma vez por todas. Pois Seu sacrifício da cruz é Sua Páscoa, Sua passagem deste mundo para o Pai. Na cruz, Ele Se entregou a Si mesmo ao Pai, num ato de amor obediente, adorador, realizando o dom substancial de Si mesmo ao Pai e consumando assim a Sua obra; foi o que Ele mesmo expressou com Sua palavra na cruz: “Tudo está consumado!” “E, inclinando a cabeça, entregou o espírito” (*Jo* 19, 30). Assim, num *primeiro* momento, entrou, com Seu espírito humano, na comunhão consumada e eterna com o Pai no Espírito Santo. Num *segundo* momento – esta divisão em duas etapas é devida ao fato de ser sacrifício expiatório e, portanto, a passagem deste mundo para o Pai através da *morte*, isto é, da separação entre a alma e o corpo – entrou também com Seu corpo, isto é, na dimensão corporal do Seu único ser humano, da Sua única substância humana, na comunhão gloriosa e final com o Pai. Segundo a perspectiva da Carta aos Hebreus – que vê o sacrifício da cruz de Cristo na base dos sacrifícios da Antiga Lei, a saber, como a superação e o cumprimento definitivo destes sacrifícios – Jesus Cristo entrou, como Sumo Sacerdote, no *santuário celeste*, o verdadeiro, o que o Senhor edificou, e não o homem (cf. *Hb* 8, 2; 9, 11s). Ele “ofereceu um único sacrifício pelos pecados, depois sentou-se para sempre à direita de Deus” (*Hb* 10, 12), “elevado acima dos céus” (*Hb* 7, 26). Assim, para nós “Ele inaugurou um caminho novo e vivo através da cortina, isto é, do Seu próprio corpo” (*Hb* 10, 20).

Esse assentar-Se “à direita do trono da divina Majestade, nos céus” (*Hb* 8, 1), essa entrada de Jesus, com alma e corpo, na glória eterna é a

⁶¹ F. BOURASSA, *Redenzione e Sacrificio*, 203.

consumação do Seu sacrifício. Esta consumação pode ser considerada sob dois aspectos, conforme seja vista a partir de *Jesus-homem que oferece* o sacrifício ou a partir de *Deus que recebe* a oferta sacrificial.

Já vimos que o sacrifício é essencialmente algo *dinâmico*, um *movimento rumo a uma determinada meta*. Por conseguinte, quando a pessoa chegar a esta meta, o sacrifício estará plenamente realizado, enquanto o seu fim será atingido, o seu sentido estará realizado. Assim, a entrada na comunhão perfeita e eterna com Deus é a consumação do sacrifício. Pode-se também dizer que é o seu “*fruto*”: aquilo a que o sacrifício se destina, aquilo que o sacrifício quer obter, aquilo que dá o sentido ao sacrifício. Caso contrário, o sacrifício seria como fazer uma viagem sem conseguir chegar ao seu destino.

Ora, esta chegada na meta ou este fruto é, sob outro aspecto, a *aceitação do sacrifício* por parte de Deus, a quem foi oferecido. A *aceitação* do sacrifício, como algo que se realiza no dom oferecido, é a mesma realidade da *chegada na meta*, vista na perspectiva de Deus. Por isso mesmo, essa chegada, a glorificação transformadora, *manifesta* a aceitação do sacrifício por parte de Deus. Se, agora, perguntarmos qual a razão da aceitação do sacrifício, poderemos adentrar-nos ainda mais no mistério da ação de Deus e do homem, no sacrifício.

Deus aceita o sacrifício porque é *justo* que Ele o aceite e seria injusto não aceitá-lo? Ou aceita-o por *pura benevolência*, isto é, porque assim decidiu em total liberdade, embora, portanto, pudesse, sem inconveniência alguma, não aceitá-lo? Ou aceita-o, não porque não aceitá-lo seria, de alguma maneira, injusto, mas porque há uma *conveniência* em aceitá-lo, quer dizer, há na oferta do sacrifício algum valor que possa servir de base para aceitá-lo não pura e simplesmente por benevolência totalmente gratuita, mas baseado em algo que provém da parte do homem?

Ora, “o único sacrifício perfeito”, o do Filho de Deus feito homem na cruz, foi aceito porque foi *justo* aceitá-lo. É isto que se quer dizer quando se afirma que Jesus *mereceu* a Sua glorificação por mérito “*de condigno*” e não apenas por mérito “*de congruo*”. Deus poderia ter não aceito o sacrifício de Jesus? Não, pois teria sido injusto; Ele Se teria contradito a Si mesmo, isto é, à Sua própria ação. Pois, como escreve o Apóstolo Paulo, “foi Deus quem reconciliou consigo o mundo, em Cristo” (2Cor 5, 19). Foi Deus mesmo quem agiu na oferta do sacrifício da cruz de Jesus Cristo; o ato de amor de Jesus-homem foi o instrumento da vontade divina, isto é, do ato de amor divino, para realizar a reparação do pecado, o

restabelecimento da aliança de amor entre Deus e o homem.⁶² Esse ato de amor divino é um só e mesmo, sendo do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Este único ato de amor divino que realizou, através do ato de amor humano de Jesus, a obra da redenção e reconciliação, é o ato de amor do *Pai*, enquanto Ele é quem enviou Seu Filho para que, como homem, realizasse essa obra; é o ato de amor do *Espírito Santo*, enquanto Ele é quem foi enviado pelo Pai (e pelo Filho) como a Pessoa-Amor, isto é, o Amor personificado entre o Pai e o Filho, a unidade de amor dos Dois; foi o ato de amor divino do *Filho*, enquanto Ele é quem foi enviado pelo Pai para Se fazer homem e, com *Sua própria* vontade *humana* – não a vontade humana do Pai nem do Espírito Santo, que não Se encarnaram, não fizeram Sua própria uma natureza humana – realizou aquele ato de amor humano livre-sofredor que é o sacrifício da cruz.

Portanto, Deus mesmo estava agindo no sacrifício da cruz de Cristo; Deus mesmo, ou seja, o Pai e o Filho e o Espírito Santo, mas de um modo singular, o Filho. O ato humano de amor que é o sacrifício da cruz de Cristo foi um ato da própria Pessoa divina do Filho; foi ação humana de uma Pessoa divina. Isto dá um *valor infinito* a esta *ação humana*. Como Deus poderia não ter aceito o sacrifício da cruz, ou seja, como poderia não ter reconhecido o valor infinito desse ato de amor da vontade humana de Jesus?!

E há mais. Além do valor infinito da ação sacrificial, existe também o valor igualmente infinito da própria *vítima* oferecida em sacrifício: a vítima é a própria Pessoa divina, enquanto pessoa de uma natureza humana e, portanto, neste sentido, pessoa humana,⁶³ ou seja, um homem.

⁶² Refiro-me aqui à reparação do pecado nos seus dois sentidos: reparação oferecida a Deus (reparar a ofensa) e reparação do estrago que o pecado fez no próprio homem. Cf. J. GALOT, *Gesù Liberatore*, Firenze 1978, 249s, e N. THANNER, *O porquê da Cruz (II)*, 36, 40.

⁶³ Usamos esta expressão, que pode parecer estranha, porque aqui se trata de Jesus como *vítima* do sacrifício. A Pessoa divina como tal, ou seja, como Pessoa de natureza divina, não pode ser a vítima, como também não pode ser o sacerdote que oferece o sacrifício. Quanto à expressão, esclarecemos o seguinte. Seria heresia afirmar que Jesus não é *uma* só pessoa mas duas. Não é, de modo algum, heresia dizer que Jesus é uma Pessoa divina que, ao mesmo tempo, isto é, a partir da encarnação no seio da santíssima Virgem, é também pessoa humana. Pois, dizer que alguém é uma pessoa humana quer dizer que é uma *pessoa* (princípio de subsistência) *de natureza humana*. Ora, Jesus é uma pessoa de natureza humana. O que é singular n'Ele é o fato de Ele não ser uma pessoa *criada*, uma pessoa, portanto, que começou a existir a partir da realização dessa natureza humana individual – o que, normalmente, é sempre o caso de uma pessoa de natureza

No entanto, a perfeição inigualável do sacrifício da cruz não está somente no fato singular de que a Pessoa que oferece o sacrifício e a vítima oferecida são de dignidade infinita – por serem uma Pessoa divina – mas também em outros dois fatores. Aquele ato de amor de Jesus, que é o Seu sacrifício da cruz, não é um ato de amor puramente humano; é um amor *maximamente* “*divinizado*”. É um amor humano divinamente transformado: uma real participação do próprio amor divino (cf. *2Pd* 1, 4). E esta comunhão ou participação do amor divino encontra-se em Jesus em um grau insuperável. Também este aspecto manifesta a presença da ação divina, ou seja, do dom divino, na oferta do sacrifício da cruz. É uma ação e um dom atribuído pela S. Escritura ao Espírito Santo (cf. *Rm* 5, 5 e *Hb* 9, 14).⁶⁴

O outro fator é a *liberdade* com que Jesus Se ofereceu a Si mesmo a Deus Pai. Pois, como já vimos, esta liberdade foi no grau máximo, porque o sofrimento foi máximo. Ora, para um ato de amor humano ser *meritório* diante de Deus (para alcançar a comunhão consumada com Ele), precisa, fundamentalmente, ser um *amor* “*divinizado*”; pressupõe, portanto, o dom divino do “amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espírito Santo”, que assim Se doa a Si mesmo a nós (cf. *Rm* 5, 5). Por outro lado, é preciso que a ação humana seja *livre*. A primeira condição, a do amor divinizado, acentua o dom de *Deus* como um pressuposto imprescindível para o mérito humano. A segunda condição, ao invés, manifesta o papel do *homem*, a sua colaboração com o dom divino, aquilo que é próprio do homem, aquilo que faz com que o seu ato de amor possa verdadeiramente ser uma *resposta* pessoal a Deus.

humana – mas de ser uma Pessoa *divina*. Ora, como já dissemos, esta Pessoa divina, enquanto pessoa de natureza *divina*, não é a vítima nem o sacerdote do sacrifício da cruz. Mas esta mesma Pessoa divina é sacerdote e vítima oferecida, enquanto é pessoa de natureza *humana* ou, como dissemos, enquanto é *pessoa humana*: enquanto é o *princípio de subsistência de uma natureza humana*. Seguimos aqui a explicação de J.-H. Nicolas, que mostra que este é também o pensamento de São Tomás: dizer que o Verbo Se fez “homem” é dizer que Se fez “*hypostasis humanae naturae*”, isto é, pessoa de natureza humana. “Uma pessoa que tem a natureza humana, que subsiste nela (ou na qual esta natureza tem subsistência), é uma pessoa humana” (J.-H. NICOLAS, *Sintesi dogmatica*, vol. I, 440; quanto a S. Tomás, ver, particularmente, *S.Th.* III q. 16, a. 2).

⁶⁴ Cf. JOÃO PAULO II, Encíclica *Dominum et vivificantem*, n. 41: “No antigo Testamento, por mais de uma vez se fala do ‘fogo do céu’, que queimava as oferendas apresentadas pelos homens. Por analogia, pode dizer-se que o Espírito Santo é ‘*fogo do céu*’ que age no mais profundo do mistério da Cruz.”

A grandeza do mérito de uma ação, isto é, do valor que ela tem diante de Deus, depende de ambos os fatores: o mérito pode ser maior tanto por um grau maior do amor divinizado, assim como também por um grau maior de liberdade. Ora, segundo ambos os fatores, o sacrifício da cruz de Cristo é de uma perfeição máxima, inigualável.

O aspecto do mérito, no sacrifício da cruz e no sacrifício em geral, podemos fazer conhecer melhor a inseparável e estreita conexão e, ao mesmo tempo, a distinção entre a consumação do sacrifício como *chegada à meta*, por parte do homem, e como *aceitação*, por parte de Deus. Pois na oferta de um sacrifício não se trata de um movimento local, mas de uma *relação pessoal* entre o homem e Deus. Quando se fala de “merecer” e “mérito”, pressupõe-se que não haja uma sequência automática entre o ato meritório e seu efeito, seu “fruto”, que chamamos também de “recompensa” (ou, com relação à ação má, de “castigo”).⁶⁵ “Merecer algo” pode também ser significado pela expressão “tornar-se ou ser digno de receber algo”⁶⁶ Ora, a pessoa não dá a si mesma uma recompensa, como não pode receber de si mesma alguma coisa. Deve *recebê-la* de outra(s) pessoa(s).

Assim, pelo ato de amor humano, divinizado e próprio, a Deus e ao próximo – um ato meritório devido ao dom do amor divino e à liberdade – não se realiza automaticamente aquela transformação do homem⁶⁷ que possibilita uma maior comunhão pessoal com Deus. Pois esta transformação divinizante (sobrenatural) é um dom de Deus, não um dom natural dado com a natureza humana, mas algo que ultrapassa tudo aquilo que o homem, com suas faculdades naturais, poderia alcançar. Quando se trata de uma perfeição natural, por exemplo, a virtude natural da fortaleza, o homem pode adquiri-la e progredir nela pela prática de muitos atos próprios desta virtude. Praticando mais atos, a virtude vai aumentar “automaticamente”, isto é, como efeito que se dá necessariamente, não reque-

⁶⁵ O *Catecismo da Igreja Católica* explica: “O termo ‘mérito’ designa, em geral, a *retribuição devida* por uma comunidade ou uma sociedade à ação de um de seus membros, sentida como boa ou má, digna de recompensa ou castigo” (n. 2006).

⁶⁶ É o caso da língua grega que não conhece a palavra correspondente a “merecer”; cf. Ap 4; 5; 5, 9; etc.

⁶⁷ Trata-se de um crescimento da perfeição do que chamamos a “graça santificante”, as “virtudes infusas” (sobretudo e decisivamente, o amor) e os “sete dons do Espírito Santo”.

rendo ainda uma intervenção de outro fator ou pessoa. Tratando-se de uma virtude que é um dom sobrenatural de Deus (uma transformação-modificação real e permanente de uma faculdade espiritual do homem, que é o efeito de uma ação divina sobre o homem), esta não aumenta automaticamente pela prática de atos desta virtude, mas a pessoa “merece” por estes atos que Deus lha aumente.

Por conseguinte, nestes casos há a distinção entre a pessoa que realiza os atos (a pessoa humana) e a Pessoa que realiza o “fruto” deles (Pessoa divina). Contudo, isto não quer dizer que os atos estejam sem ligação com o seu “fruto”. A relação entre os atos e seu “fruto” é estabelecido por aquilo que chamamos “mérito” dos atos.

Aplicando isto ao sacrifício, ato específico de amor meritório, fica clara a distinção e a conexão entre a consumação do sacrifício, vista por parte do homem (alcançar o fim do sacrifício), e a aceitação do sacrifício por parte de Deus. A *transformação escatológica, gloriosa do homem* para a comunhão consumada com Deus, que é o fim ou “fruto” do sacrifício, é a ação divina que se identifica com a *aceitação do sacrifício* por parte de Deus. Por isso, a ação divina da *glorificação de Cristo* é e manifesta a *aceitação do Seu sacrifício* da cruz por parte de Deus. E Jesus *verdadeiramente mereceu* esta Sua glorificação, o que exprime a conexão real e infalível entre a oferta do sacrifício da cruz e sua aceitação. Esta conexão é a *continuidade* entre a ação divina na ação humana da *oferta* do sacrifício da cruz de Jesus de um lado ou num primeiro momento, e a ação divina na *aceitação* deste mesmo sacrifício (na glorificação de Jesus) por outro lado ou num momento subsequente.

Resumindo e concluindo:

O sacrifício da cruz de Cristo é a realização perfeitíssima da essência do sacrifício; não apenas se realizam todos os elementos da nossa definição do sacrifício, mas realizam-se de uma maneira perfeitíssima. Pois o ato de amor humano é o de uma *Pessoa divina*, e é de uma *intensidade* e grau de *divinização* que é a máxima possível, como o é também a *liberdade* deste amor; também a *vítima* oferecida é uma Pessoa divina na Sua natureza humana. Assim, o culto de adoração, a glorificação de Deus, que esse ato de amor humano realiza, é de uma *dimensão infinita*. Por fim, a comunhão com Deus Pai, na qual Jesus entra através do Seu sacrifício da cruz, é uma *comunhão perfeitíssima*, e a relação entre a oferta do sacrifício e essa comunhão como fruto do sacrifício é estreitíssima e *infalível*: Deus não poderia não aceitar este sacrifício.

Há ainda um elemento da definição do sacrifício (dado, por exemplo, por A. Gaudel) que não entrou explicitamente na definição por nós proposta, e a respeito do qual devemos perguntar-nos se ele se realiza no sacrifício da cruz de Cristo. É a característica de o sacrifício ser um ato de culto *exterior*, uma oblação *visível* que é o “sinal” ou “símbolo” de uma oblação interior.⁶⁸ Vimos também que a própria natureza humana exige esta visibilidade do sacrifício (cf. Concílio de Trento).

Na verdade, esse elemento está presente na nossa definição. Encontra-se, exatamente, na característica de, no sacrifício, se tratar de um “dom substancial” (“realizando um dom substancial”). Pois a exigência da visibilidade do sacrifício identifica-se com a exigência de que o homem realize sua entrega a Deus de uma maneira *plenamente humana*, incluindo nela a sua dimensão corporal, sensível, visível, abrangendo, portanto, *todo o seu ser*.

Ora, como já vimos, isto pode realizar-se de duas maneiras, das quais uma é a perfeita e a outra, a imperfeita. A imperfeita é o sacrifício *ritual* ou “indireto”, no qual o dom substancial oferecido é algo distinto da pessoa que oferece o sacrifício. O sacrifício da cruz é *perfeito*; não é um sacrifício ritual. Neste se realiza a oferta de si mesmo, alma e corpo, a Deus de um modo plenamente pessoal, imediato. Por isso mesmo não há a necessidade de algum *rito* como *sacrifício exterior*. Porém, segundo A. Gaudel, requer-se que a pessoa exprima, também neste caso, a sua entrega interior por meio de gestos, palavras, atitudes, comportamentos que expressem natural e ordinariamente uma vontade. Contudo, ao nosso ver, esta não é uma exigência absoluta. Exigência absoluta é somente esta: a entrega a Deus deve realizar-se de uma maneira *plenamente humana*, não podendo, por conseguinte, restringir-se à entrega puramente espiritual (o homem não é puro espírito). É isto que a natureza humana exige, mas não requer necessariamente que a pessoa manifeste por um sinal exterior (palavra, gesto...) a sua entrega, que *já é plenamente humana*. Deste modo poderia acontecer que os outros homens não percebam que alguém está se oferecendo em sacrifício a Deus, mas Deus o vê, e isto basta. Pois, que o sacrifício de alguém seja, de fato, reconhecido por ou-

⁶⁸ “O sacrifício propriamente dito é um ato de culto exterior, no qual o homem, sob o símbolo de uma oblação visível, significa o ato interior de religião pelo qual ele se oferece a si mesmo em homenagem a Deus, para se unir mais intimamente a Ele” (A. GAUDEL, *Sacrifice*, 675).

tras pessoas humanas ou que, ao menos, seja assim que possa ser percebido por elas, não é elemento essencial do sacrifício. No sacrifício, certamente, não se trata de ser visto pelos homens nem de poder ser visto por eles, mas sim, que a minha entrega esteja em conformidade com aquilo que *sou*: um ser humano e não um anjo, puro espírito. Quando não é um sacrifício ritual, a visibilidade do sacrifício consiste no fato de ser entrega não apenas espiritual, mas *também do corpo*, que é uma realidade visível.

No caso concreto do sacrifício da cruz, parecia, exteriormente, tratar-se apenas da execução de uma pena de morte. Na verdade, porém, há palavras e comportamentos de Jesus que manifestaram, antecipadamente ou mesmo na hora, que Sua paixão e morte foram um ato de entrega total de Si mesmo ao Pai. Clara manifestação disso é o grito de Jesus ao morrer na cruz: “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito!” (Lc 23, 46). Portanto, manifestou, por um sinal exterior, a entrega interior a Deus.

Acabamos de expor o sacrifício da cruz como realização perfeitíssima da essência do sacrifício: é um sacrifício perfeitíssimo. Mas não explicamos ainda por que é o “*único sacrifício perfeito*”. Para isso vamos primeiro examinar se, além do sacrifício em sentido estrito ou rigorosamente próprio, existe também um sacrifício verdadeiro, mas em sentido amplo.

IV. O sacrifício num sentido verdadeiro mas amplo

1. O sacrifício em sentido amplo

A definição do sacrifício em sentido estrito é, segundo a nossa proposta, a seguinte: o sacrifício é um ato de amor a Deus, pelo qual a pessoa se entrega a si mesma, em adoração, a Deus, realizando um dom substancial, para entrar em comunhão consumada com Ele. Se a modificarmos um pouco, sobretudo tirando um determinado elemento desta definição, chegaremos a um conceito de sacrifício mais amplo, segundo a proposta já referida de Santo Agostinho. O elemento a ser tirado é o do “dom substancial”.

A definição do sacrifício em sentido amplo é, então, a seguinte: o sacrifício é *todo ato de amor a Deus, pelo qual o ser humano se entrega a si mesmo, em adoração, a Deus, para, neste mundo, ir ao encontro da comunhão consumada com Ele.*

Lembremo-nos da definição dada por S. Agostinho: “Verdadeiro sacrifício é toda obra que realizamos em vista de aderir a Deus em santa

comunhão, isto é, relacionada com a finalidade do bem pelo qual poderemos ser verdadeiramente felizes.”⁶⁹ Agostinho refere-se a um “verdadeiro” sacrifício, embora a definição seja bastante ampla. Vejamos, então, quais são as características para que uma obra boa possa ser um verdadeiro sacrifício.

Esta obra tem de ser um ato de *amor a Deus*, ou seja, um ato animado por este amor. Se faltar o amor a Deus, não será sacrifício. O sacrifício pode ser ato de qualquer virtude, contanto que seja *animado pelo amor a Deus*; sobretudo, pode ser ato de *amor ao próximo*, contanto que não seja mera filantropia, mas, no fundo, motivado pelo amor a Deus.⁷⁰ Deve ser uma obra realizada “em vista de aderir a Deus em santa comunhão”; e é o que se realiza pelo amor.

Toda obra que for ato de amor a Deus ou ação animada pelo amor a Ele será um ato pelo qual a pessoa *se entrega a si mesma a Deus*. Como acima já dissemos, um ato de amor a Deus que não for entrega de si mesmo a Ele não será ato de um amor autêntico. Isto vale, então, também quando o ato não é diretamente um ato de amor, mas de outra virtude, sendo, porém, animado pelo amor a Deus.

Tal ato deve ainda ser realizado *para prestar o culto de adoração a Deus*. Deste modo, toda boa obra, sendo feita com a intenção de prestar o culto devido a Deus – que é o culto de adoração – é sacrifício. Pois uma obra assim torna-se um ato da virtude da religião.

Aqui, porém, podemos e devemos ainda distinguir entre atos que são *imediatamente* atos da virtude da religião, e aqueles que podem tornar-se atos desta virtude pela motivação religiosa, ou seja, porque realizados com a intenção de prestar culto a Deus. Os atos que são diretamente, como tais ou de per si, atos religiosos são somente aqueles que são feitos *unicamente para prestar o culto devido a Deus*. Eles não têm outra finalidade a não ser esta; não têm outro sentido senão o culto de Deus.

A finalidade do trabalho de um pedreiro pode ser a de construir uma casa para uma família nela morar, como também, se não constrói a casa para sua própria família, a de ganhar o sustento para si e sua família. Além

⁶⁹ AGOSTINHO, *De civitate Dei*, lib. 10, 6: PL 41, 283 (CCL 47, 278): “Verum sacrificium est omne opus, quo agitur ut sancta societate inhæreamus Deo, relatum scilicet ad illum finem boni, quo veraciter beati esse possimus.”

⁷⁰ Cf. a explicação do próprio S. Agostinho, acima exposta (p. 47).

disso, ele pode trabalhar por amor e reverência a Deus, querendo, com seu trabalho, servir a Deus e glorificá-lo (cf. *Cl* 3, 17.23-24), e assim pode dar ao seu trabalho a característica de culto divino, de sacrifício oferecido a Deus. Mas, quando este pedreiro interromper o trabalho, não para descansar ou almoçar, e sim para rezar ou para participar, na igreja, de uma ação litúrgica, ele realiza uma ação que não tem uma finalidade que faça parte das finalidades próprias deste mundo, isto é, que não tem por fim um valor deste mundo temporal. Por isso é uma ação que só tem sentido para quem verdadeiramente crê ou leva a sério a sua fé. Para quem não tem esta fé e se ocupa só dos valores deste mundo, rezar é perda de tempo, participar da celebração eucarística, dedicar uma hora à adoração de Jesus presente no sacrário não tem sentido, pois há coisas mais importantes a fazer. Esses atos que, como tais, não têm outro sentido a não ser o culto divino, são o objeto imediato da virtude da religião.

No entanto, embora a distinção exposta tenha sua importância, ela não é tal que faça com que os atos que não são imediatamente atos de culto divino não possam ser um verdadeiro sacrifício, no sentido amplo. Por conseguinte, ao nosso ver, a distinção entre o sacrifício em sentido *estrito* e o sacrifício em sentido *amplo* não consiste no caráter ou diretamente ou apenas indiretamente religioso da boa obra, mas na característica do *dom substancial*: sacrifício no sentido estrito é aquele ato de amor no qual se oferece e entrega a Deus não apenas uma atividade, mas uma realidade substancial. Além desta distinção fundamental há ainda, tanto dentro do sacrifício estrito como do amplo, uma outra distinção. Esta, dentro do sacrifício em sentido *estrito*, consiste em sacrifício *perfeito* e *imperfeito*, como acima exposto.⁷¹ A distinção dentro do sacrifício em sentido *amplo* consiste, como acabamos de ver, na *maneira* – *imediate* ou *mediate* – como uma obra é ato de *culto a Deus*. Portanto, uma celebração da Liturgia das Horas é um sacrifício em sentido amplo, sendo imediatamente ato de culto a Deus, enquanto, por exemplo, o trabalho de um pedreiro pode ser sacrifício em sentido amplo, mas não de um modo imediato.

Enfim, falta apenas explicitar o que já está contido implicitamente no que foi dito até aqui, a saber: para ser sacrifício, a boa obra deve ser a de uma pessoa que está *ainda a caminho* da comunhão perfeita com Deus.

⁷¹ Cf. pp. 48s, 58s, 76. Na terminologia de A. Gaudel é a distinção entre sacrifício “direto” e “indireto”.

Tem de ser, portanto, ato *livre* de amor. Não é preciso repetir aqui o que já expusemos a este respeito.⁷² Apenas frisamos que todas aquelas obras, sacrifícios em sentido amplo, são realizadas “para, *neste mundo, ir ao encontro* da comunhão consumada com Deus”. Com um tal sacrifício verdadeiro mas amplo não se entra na comunhão consumada com Deus, mas vai-se *ao encontro* dela. São atos pelos quais a pessoa realmente se aproxima dessa comunhão consumada, mas não são atos “pascais”, no sentido exato da palavra, ou seja: com tais atos a pessoa não “*passa* deste mundo a Deus”, não realiza a sua “páscoa”.

2. “*Sacrifício*” e “*renúncia*”

Tendo exposto a essência do sacrifício – em sentido estrito e amplo – cabe aqui ainda um esclarecimento a respeito do uso da palavra “sacrifício” como sinônimo de “renúncia”. Em muitas línguas modernas existe o costume de chamar “sacrifício” a qualquer ato de renúncia que alguém faz por um valor superior, e este uso é frequente quando se refere ao bem dos outros. Assim, além do significado religioso, pode-se encontrar em dicionários as seguintes definições de “sacrifício” ou “sacrificar”: “renunciar às próprias comodidades, privar-se de certas vantagens no interesse próprio ou de outrem”⁷³; “renúncia em favor de outrem”; “abnegação, renúncia, desprendimento”; “renunciar voluntariamente a; abrir mão de”.⁷⁴ Assim, os pais “se sacrificam” pelos filhos, a enfermeira “sacrifica-se” pelos doentes, e assim por diante.

Ora, é óbvio que uma renúncia pode ser um sacrifício, mas nem toda renúncia é um sacrifício no sentido religioso e imediato da palavra; pode-se e deve-se, então, fazer a distinção entre sacrifício em sentido *religioso* (cuja essência acabamos de expor) e sacrifício em sentido *meramente “ascético” ou profano*, isto é, sem alguma conexão com o culto de Deus. Neste caso, o valor superior pelo qual se sacrifica valores inferiores não é Deus ou não se refere a Deus, mas é um valor simplesmente humano, natural. No entanto, parece mais exato dizer que, neste caso, se trata de um sacrifício em sentido impróprio, pois é “uma secularização do sagrado: chama-se ‘sacri-fício’, sem ser sagrado”.⁷⁵

⁷² Cf. p. 62.

⁷³ No dicionário *Palazzi*, citado por L. A. SCHÖKEL, *L'Eucaristia*, 94s.

⁷⁴ Aurélio BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, *Novo Dicionário da Língua portuguesa*.

⁷⁵ L. A. SCHÖKEL, *L'Eucaristia*, 95.

Quanto ao sacrifício no sentido religioso, ele *implica uma renúncia*, enquanto o amor é sair de si, é desprender-se de si mesmo e doar-se a outra pessoa, deixar-se para doar-se, isto é, fazer de si mesmo um dom. Implica renúncia, enquanto o amor é dizer “tu” em vez de “eu”, querer fazer feliz a pessoa amada em vez de buscar a sua própria felicidade, sendo que esta busca da própria felicidade – fechando-se em si mesmo – torna a pessoa infeliz, irrealizada, ao passo que o “sacrificar-se” pela pessoa amada, procurando torná-la feliz, realiza a própria pessoa, uma vez que o homem “não pode encontrar-se plenamente a não ser por um dom sincero de si mesmo”. Esta é uma afirmação do Concílio Vaticano II, baseada explicitamente no modelo supremo de toda personalidade criada: a Santíssima Trindade.⁷⁶

Entre as Pessoas divinas há o “dom de si” sem exigir algum tipo de renúncia. Em Deus não há sacrifício que uma Pessoa ofereça à outra, pois a comunhão entre as três Pessoas divinas é eterna e total; não existe um movimento rumo à plena comunhão do Filho com o Pai no Espírito Santo. Mas quando o mistério divino trinitário de autocomunicação integral e de comunhão total entre Pessoas distintas uma da outra se estende para dentro do criado, começa a haver o sacrifício: ato de amor, dom de si mesmo a Deus, da parte de uma pessoa que *ainda não* se encontra na comunhão consumada com Ele.⁷⁷ Este ato de amor é um amor, de alguma maneira, *sofredor*, pois há aqui uma renúncia ou situação de privação: a “Cruz da provação”.⁷⁸ Ora, para chegar àquela comunhão perfeita com Deus que pode tornar a pessoa plenamente feliz, é preciso que ela não se prenda ao próprio “eu”, à sua situação atual, ao mundo presente, aos valores naturais, mas, por assim dizer, *saia da sua terra*, como Abraão, e *adira, acima de tudo, a Deus* e não a alguma criatura (inclusive a si

⁷⁶ CONC. VATICANO II, *Gaudium et spes*, n. 24: “Quando o Senhor Jesus reza ao Pai que ‘todos sejam um..., como nós somos um’ (Jo 17, 21-22), abre perspectivas inacessíveis à razão humana, sugere alguma semelhança entre a união das pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade. Esta semelhança manifesta que o homem, a única criatura na terra que Deus quis por si mesma, não pode se encontrar plenamente a não ser por um dom sincero de si mesmo.”

⁷⁷ Que este fato não é um sinal de falta de amor por parte de Deus à pessoa criada, mas, antes, um sinal do Seu amor *maior*, fazendo a criatura assim participar do mistério do amor trinitário (do Filho ao Pai no Espírito Santo), expusemos num outro artigo (*O porquê da Cruz (I)*, em: *Sapientia Crucis* 1 (2000) 65-85).

⁷⁸ Cf. N. THANNER, *O porquê da Cruz (I)*, 73-79.

mesma), faça não a sua própria vontade, mas a vontade de Deus (cf. *Mt* 26, 39 par; *Hb* 10, 7). Eis a “renúncia” implicada em *todo* sacrifício.

Contudo, é por meio do sacrifício que o homem alcança aquela comunhão consumada com Deus que exclui toda e qualquer renúncia. Isto vale tanto para a situação do homem sem pecado (antes do pecado) como para aquela que é consequência do pecado. Mas é óbvio que a renúncia (privação) implicada no sacrifício do homem depois do pecado (como é o sacrifício expiatório de Jesus Cristo) é maior e de um tipo diferente.⁷⁹ Com este sacrifício, no entanto, o homem pode também realizar um *amor maior* a Deus. “Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo, tome sua cruz e siga-me. Com efeito, quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder sua vida por causa de mim e do Evangelho, salvá-la-á” (*Mc* 8, 34s). Eis o amor *preferencial* implicado em todo e qualquer sacrifício, mas levado a uma realização de todo especial no sacrifício expiatório, que requer uma renúncia especial: “perder sua vida” para assim encontrá-la plena e perfeitamente em Deus.

Portanto, o “sacrifício” no seu sentido primário, que é o religioso, *não se identifica* com alguma renúncia, mas *implica-a* de uma ou outra maneira, a saber, enquanto está *presente no ato de amor* pelo qual o homem se entrega a Deus, e que é a essência do sacrifício.

V. O sacrifício como ato de amor ao próximo

1. A oferta do sacrifício como ato de amor ao próximo

Constatamos que, no uso profano, a palavra “sacrifício” pode assumir o significado de “renúncia em favor de outrem”. Ora, esta dimensão do sacrifício encontra-se também no sacrifício religioso, como se pode ver, em toda a perfeição, no “único sacrifício perfeito”. Na cruz, Jesus, Filho de Deus feito homem, sacrificou-Se pelos homens. Isto vale não apenas para o Seu sacrifício da cruz, mas para toda a Sua vida, que, aliás, foi, na maior perfeição, um constante sacrifício (em sentido religioso amplo): “Cristo não viveu a sua vida para si mesmo, mas *para nós*, desde a sua Encarnação ‘por nós homens e pela nossa salvação’ até à sua Morte ‘por nossos pecados’ (*1Cor* 15, 3) e à sua Ressurreição ‘para a nossa justificação’ (*Rm* 4, 25)” (*Cat.* 519).

⁷⁹ Cf. N. THANNER, *O porquê da Cruz (II)*, 27, 37.

Dissemos que o sacrifício (em sentido próprio, seja estrito ou amplo) necessariamente deve ser um ato de amor *a Deus*. Esta é uma afirmação fundamental e de importância decisiva, como já vimos. Agora, no entanto, é necessário frisar a presença do *amor ao próximo* no sacrifício. De novo, é o “único sacrifício perfeito” de Cristo que no-lo revela em toda a clareza e perfeição. A própria cruz do Gólgota manifesta estas duas dimensões presentes no sacrifício de Cristo: amor a Deus (haste vertical) e amor ao próximo (haste horizontal). Os braços estendidos de Jesus na cruz manifestam que, com Seu ato de amor com que Se entrega ao Pai, Ele abraça, ao mesmo tempo, todos os homens, aliás, todas as criaturas (cf. *Jo* 12, 32).⁸⁰

No sacrifício da cruz manifesta-se, portanto, a *unidade* inseparável do amor como virtude teologal: “A caridade é a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas, por si mesmo, e ao nosso próximo como a nós mesmos, por amor de Deus” (*Cat.* 1822). Jesus ama o Pai acima de tudo e, por amor do Pai, ama a nós. O Seu sacrifício da cruz é o ato supremo de amor ao Pai, *em nosso favor*, para o nosso proveito. O Pai é glorificado por esta entrega total de amor obediente a Ele, em plena submissão adoradora. Mas a glorificação de Deus consiste na manifestação da Sua perfeição divina nas criaturas. Ora, o Pai é maximamente glorificado pelo sacrifício da cruz de Cristo, porque neste ato perfeitíssimo de amor de Jesus crucificado manifesta-se, como mais não seria possível, a perfeição propriamente divina: Ele é *o Ser que é Amor*. Pois a entrega de amor de Jesus ao Pai em nosso favor não está em contraposição com o amor do Pai (Jesus como *nosso representante* diante do Pai, obtendo-nos do Pai o perdão), mas é manifestação do *amor do Pai* (a Jesus e) *a nós*: Jesus como *o enviado do Pai*, que O enviou por amor a nós, para que fôssemos salvos por Seu sacrifício da cruz. A obediência amorosa de Jesus ao Pai, na cruz,⁸¹ é uma obediência ao *amor do Pai*

⁸⁰ Esta dimensão do sacrifício de Cristo reflete-se, inclusive, como explica o *Cerimonial dos Bispos* (n. 104), citando Tertuliano, na liturgia da Igreja: “É costume, na Igreja, o Bispo ou o presbítero dirigirem a Deus as orações de pé, com as mãos um tanto elevadas e estendidas. Tal costume de orar já se encontra na tradição do Antigo Testamento (cf. *Ex* 9, 29; *Sl* 27, 2; 62, 5; 133, 2; *Is* 1, 15) e foi adotado pelos cristãos em memória da Paixão do Senhor. ‘Quanto a nós, não só erguemos (as mãos), senão que também as estendemos, e (cantada) a Paixão do Senhor, louvamos a Cristo através da oração’ (Tertuliano, *A oração*, 14; *CCL* 1, 265; *PL* 1, 1273).”

⁸¹ Cf. *Jo* 10, 18: “Eu a (= a minha vida) dou por minha própria vontade. ... Este é o mandamento que recebi de meu Pai.”

por nós, pois o Pai entregou Jesus à paixão, “enquanto lhe inspirou a vontade de sofrer por nós, infundindo-lhe a caridade”.⁸² O Pai infundiu, pelo Espírito Santo, no coração humano de Jesus a caridade pela qual Ele quis livremente oferecer-Se por nós na cruz como sacrifício expiatório.

2. O sacerdote como mediador em favor de outros

Esta característica da oferta em sacrifício “por nós” manifesta não somente o amor aos homens, presente no sacrifício perfeito de Jesus, mas também o fato de Ele *agir em nome dos homens*, como seu representante, como *mediador* entre os homens e Deus. Mas, esta característica é essencial ao sacrifício em geral?

Sem dúvida alguma, é essencial ao sacrifício da cruz de Cristo, como sacrifício redentor do Sumo Sacerdote de toda a humanidade. É que na origem não somente deste sacrifício, mas do próprio sacerdote que oferece o sacrifício, está o amor *de Deus* aos homens, não o amor de um homem a Deus. Movido por Seu amor divino,⁸³ “pela sua Encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, se uniu a todo homem”.⁸⁴ Unindo-Se assim, o ato de amor com que Jesus Se entrega ao Pai em sacrifício é um ato pelo qual não somente Ele entra na comunhão consumada com Deus, mas também com aqueles que Ele traz em Si, por uma união e solidariedade de amor que somente Ele pôde realizar. O “fruto” desse ato de amor (a transformação plenamente divinizante, a aceitação do sacrifício) não se dá apenas n’Ele, mas em todos que Ele representa. Deus “nos deu de novo a vida com o Cristo, quando estávamos mortos pelos nossos pecados! ... Ressuscitou-nos com Ele e nos levou aos céus em Cristo Jesus!” (Ef 2, 5s). É a assim chamada “redenção objetiva”, que, no entanto, para a realização em cada indivíduo humano, requer a livre colaboração da parte do mesmo: unir-se pessoalmente, por um ato de vontade livre, ao sacrifício da cruz de Cristo.

Portanto, no sacrifício da cruz de Cristo, o fato de que aquele que oferece o sacrifício seja mediador é essencial. Mas, é essencial também para o sacrifício em geral? Parece-nos que podemos dar duas respostas.

⁸² SÃO TOMÁS, *S.Th.* III q. 47, a. 3.

⁸³ O amor divino do Filho, que é também o amor do Pai que envia Seu Filho, e o amor do Espírito Santo, por quem o Filho Se faz homem (cf. *Lc* 1, 35).

⁸⁴ CONC. VATICANO II, *Gaudium et spes*, 22, § 2.

Para que alguém possa oferecer um sacrifício verdadeiro não se requer necessariamente que o faça como representante de outras pessoas diante de Deus; ele pode realizar o sacrifício em seu próprio nome, sem ser também em nome de outros. Em si, qualquer ser humano pode oferecer um sacrifício a Deus, contanto que tenha o autêntico amor a Deus.⁸⁵

Na história das religiões e, particularmente, na história do povo de Israel, notamos que há determinadas pessoas que oferecem os sacrifícios em nome de outras (o pai de família pela família, o primogênito, o chefe de um grupo ou de um povo; os homens da tribo de Levi por todo o povo); as outras não podem oferecer sacrifícios (rituais). Isto se compreende melhor se se considera que estes sacrifícios, afinal, foram *prefiguras* do “único sacrifício perfeito” da cruz de Cristo. Ora, um só podia oferecer este sacrifício: o Filho de Deus feito homem; nenhum outro ser humano teria sido capaz disso (pelo pecado original, todos tinham perdido o dom do amor divino em seus corações). Por isso, o sacrifício redentor é oferecido por *um só* sacerdote, *em nome de todos* os outros homens.

Além disso, porém, pode-se dizer que essa dimensão “em favor de outros” está presente em todo sacrifício, uma vez que cada sacrifício é essencialmente um ato de *amor*. Na verdade, é ato de amor a *Deus*, e o fruto do sacrifício é *pessoal* (para aquele que o oferece), mas o amor ao próximo é *inseparável* do amor a Deus, e “a caridade não procura o seu próprio interesse” (1Cor 13, 5; cf. 10, 24) e, nesta caridade, “ninguém de nós vive e ninguém morre para si mesmo” (Rm 14, 7). Deste modo, até “o menor dos nossos atos praticado na caridade irradia em benefício de todos, nesta solidariedade com todos os homens, vivos ou mortos, que se funda na comunhão dos santos” (Cat. 953). Este princípio vale, portanto, para todo sacrifício, ainda que não seja oferecido por alguém que expressamente aja em nome de outros.

VI. A prefiguração do único sacrifício perfeito

Afirmar que o sacrifício da cruz de Cristo é “o único sacrifício perfeito” não significa negar que possa haver ou tenha havido outros sacrifícios; com isso, apenas se afirma que tais sacrifícios não são sacrifícios *perfeitos*. O único perfeito é mesmo o de Cristo.

⁸⁵ Quanto o sacerdócio e as necessárias distinções a fazer, cf. B. DURST, *Das Wesen der Eucharistiefeyer und des christlichen Priestertums*, Roma 1953, 168-179. Este autor dis-

1. O sacrifício, expressão natural do homem como um ser religioso com vocação divina em Jesus Cristo

Portanto, agora voltamos a falar do sacrifício em sentido *estrito*. A oferta de tais sacrifícios à divindade é um *fenômeno universal* na história da humanidade, e isto, devido ao sentido do religioso que há no ser humano e faz dele um “ser religioso”. Esse sentido do religioso leva-o a buscar a Deus e, de um ou outro modo, prestar-Lhe culto:

Na sua história, e até os dias de hoje, os homens têm expressado de múltiplas maneiras a sua busca de Deus através de suas crenças e seus comportamentos religiosos (orações, sacrifícios, cultos, meditações, etc.). (Cat. 28).

Ora, segundo a nossa reflexão sobre a essência do sacrifício, este não é simplesmente uma entre as muitas formas de comportamento religioso, ou seja, de prestar culto a Deus, mas é sua forma suprema, correspondendo à essência do ser humano, caracterizado pela união substancial de espírito e matéria.

Neste contexto, é preciso lembrar que o homem é um ser religioso não apenas por natureza (por causa da sua própria constituição de pessoa humana), mas também *por vocação divina* (cf. Cat. 44), quer dizer: é chamado por graça, desde o início da história, à comunhão de vida com Deus em Cristo.

Deus não cessa de atrair as pessoas a Si e orienta o caminho dos povos: “Fixou a seqüência dos tempos e os limites para a Sua habitação, a fim de que os homens procurem a Deus e se esforcem por encontrá-Lo, mesmo às apalpadelas, embora não se encontre longe de cada um de nós. É n’Ele, realmente, que vivemos, nos movemos e existimos”. (At 17, 26-28)⁸⁶

“Nos tempos passados, Ele permitiu que os povos seguissem seus próprios caminhos; mas não deixou de manifestar quem Ele é por meio de Seus benefícios” (At 14, 16s). Nestas afirmações do Apóstolo Paulo encontramos descrito o que foi chamado “a Economia divina para com as ‘nações’” (Cat. 56). Na teologia escolástica, baseando-se em S. Agosti-

tingue entre sacerdócio *pessoal* e sacerdócio *mediador*, além de distinguir entre sacerdócio *espiritual* e sacerdócio *exterior, visível*. Mas não é o objetivo deste nosso artigo entrar nesta questão dos diversos tipos de sacerdócio.

⁸⁶ CONFERÊNCIA EPISCOPAL ITALIANA, *A verdade vos tornará livres. Catecismo para Adultos*, Roma 1995 (edição portuguesa pela Conferência Episcopal Portuguesa), n. 24.

nho, tornou-se comum a distinção entre três economias ou situações históricas da humanidade com relação aos caminhos pelos quais Deus ofereceu aos homens a salvação: 1) a situação “ante legem”, isto é, antes da Lei mosaica (e fora do regime da Lei mosaica); 2) a economia “sub lege”, quer dizer, sob o regime da Lei mosaica (Antigo Testamento); 3) a economia da “lex nova” ou “lex gratiae”, da Nova Lei do Evangelho ou da graça (Novo Testamento), em contraposição à qual a Lei mosaica é a “Lei antiga”.⁸⁷ A primeira economia começou depois do pecado dos primeiros pais; ela chegou a ser chamada “Lei da natureza”, expressão que, no entanto, não deve ser mal entendida.

É interessante, não apenas para o nosso tema do sacrifício, ver o que a teologia escolástica, na pessoa de São Tomás, tem a dizer a respeito dessas três economias. Segundo São Tomás, o ponto fixo da história da salvação é, objetivamente, *Jesus Cristo e Sua obra redentora* e, subjetivamente, *a fé em Cristo*. Em cada uma das três situações diferentes em que os homens se encontram no decorrer da história da humanidade, eles podem salvar-se pela fé em Cristo. A diferença, portanto, não está no fato de que durante o período da “Lei da natureza” (ou também sob a “Lei antiga”) os homens pudessem salvar-se sem a fé em Cristo. A diferença encontra-se na *maneira* como esta fé *se exprimia*. No tempo da Lei da natureza, a fé em Cristo foi evidentemente muito implícita e exprimia-se em ritos *instituídos pelo homem*, mas não sem alguma inspiração divina.⁸⁸ No tempo da Lei antiga, os ritos religiosos pelos quais se exprimia a fé em Cristo (no Messias vindouro) foram *instituídos por Deus, através de Moisés*. Portanto, de um lado, temos ritos (“oblações e sacrifícios e holocaustos”) instituídos “por alguma devoção da própria vontade, segundo lhes parecia conveniente”⁸⁹, enquanto na Lei antiga há ritos instituídos por Deus, através de um mediador. Mas esta diferença não faz com que os sacrifícios da “Lei da natureza”, em contraposição aos da Lei antiga,

⁸⁷ Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* II-II q. 2, a. 7; I-II q. 91, a. 5; q. 98, a. 6; q. 106.

⁸⁸ Cf. ID., *S.Th.* I-II q. 103, a.1: “assim também havia [antes da antiga Lei] certas cerimônias, não, decerto, determinadas pela autoridade de alguma lei [divina], mas somente segundo a vontade e a devoção dos homens que prestavam culto a Deus. Todavia, uma vez que também antes da Lei existiram certos homens notáveis, dotados de espírito profético, é de crer que, por um instinto divino e como por uma lei privada, fossem levados a um determinado modo de prestar culto a Deus, conveniente ao culto interior e também capaz de significar os mistérios de Cristo...”.

⁸⁹ Cf. ID., *ibid.*, ad 1.

estivessem privados da função de prefigurar o mistério de Cristo, isto é, o Seu sacrifício perfeito da cruz, já que tais sacrifícios não foram instituídos sem alguma inspiração divina.⁹⁰

Aqui encontramos, portanto, uma valorização das assim chamadas religiões “primitivas”. Obviamente, São Tomás não se refere aqui às deformações do sacrifício, historicamente constatáveis, as quais são verdadeiros desvios, abandonando a tradição primitiva, ou seja, a daqueles homens que, de alguma maneira, foram inspirados por Deus ao escolher ou determinar uma certa maneira exterior conveniente de prestar o devido culto a Deus. Por isso mesmo, o Catecismo da Igreja Católica, referindo-se à “Economia divina para com as ‘nações’” – “uma ordem ao mesmo tempo cósmica, social e religiosa da pluralidade das nações” – vê-se obrigado a constatar: “Contudo, devido ao pecado (cf. *Rm* 1, 18-25), o politeísmo, assim como a idolatria da nação e do seu chefe, constituem uma contínua ameaça de perversão pagã para essa Economia provisória” (*Cat.* 57).⁹¹

2. A prefiguração do sacrifício perfeito de Cristo pelos sacrifícios antes e sob a Lei mosaica, enquanto expressões do devido culto interior a Deus

Antes de passarmos a examinar os sacrifícios da Lei mosaica e a maneira como prefiguravam o único sacrifício perfeito de Cristo, convém reconhecer explicitamente, com São Tomás, que os sacrifícios da Lei mosaica tiveram uma *tríplice* finalidade: *excluir* a idolatria (afastar o povo de Israel da idolatria praticada no Egito); *expressar* (ou “significar” ou “representar”) o devido culto interior a Deus (“debitum ordinem mentis humanae in Deum”); *prefigurar* o sacrifício da cruz de Cristo.⁹² Estas três finalidades devem ser vistas na sua conexão. Ao examinar a

⁹⁰ Dos ritos instituídos no Novo Testamento vamos tratar num artigo sobre a atualização sacramental do sacrifício da cruz de Cristo.

⁹¹ Cf. a doutrina do Concílio Vaticano II, considerando ambos os aspectos (positivos e negativos): A atividade missionária “liberta dos contágios malignos tudo quanto de verdade e de graça já se achava entre as nações, numa como secreta presença de Deus, e a restitui a Cristo, seu Autor, que derruba o império do diabo e afasta as diversas malícias do pecado. Por isso, tudo quanto de bom se encontra semeado no íntimo dos homens ou nos próprios ritos e culturas dos povos, não apenas permanece, mas é sanado, elevado e consumado para glória de Deus, confusão do demônio e felicidade do homem” (*Ad gentes*, n. 9).

⁹² Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* I-II q. 102, a. 3, e ad 1.

prefiguração do único sacrifício perfeito de Cristo por meio dos sacrifícios antigos, não podemos deixar de lado as outras duas finalidades.

Se examinarmos o aspecto fundamental dos sacrifícios da Lei mosaica, o de *expressar* ou significar o devido culto interior a Deus, ficará manifesta também a maneira como os sacrifícios antes e fora da Lei antiga puderam prefigurar o sacrifício da cruz de Cristo. Pois, como já dissemos, entre as várias maneiras de expressar sensivelmente o culto espiritual a Deus existe, como forma privilegiada, a do sacrifício. Para haver um tal sacrifício, requer-se a oferta-entrega de um *dom substancial*. Ora, enquanto o dom substancial que é entregue não for a própria pessoa na sua dimensão corporal (oferta de alma e corpo), o sacrifício não se realiza na sua forma *perfeita*.⁹³ Por isso mesmo, a realização desses sacrifícios sempre traz em si a tendência à sua consumação, que é o dom substancial da própria pessoa a Deus; tende a que a própria pessoa, com todo o seu ser substancial, se entregue a Deus, passando deste mundo para a união consumada e definitiva (eterna) com Ele. Trata-se de uma tendência inerente a esses sacrifícios, como *o imperfeito tende ao perfeito*. O homem não é capaz de realizar o sacrifício perfeito, pois não pode, por força própria, transferir-se a si mesmo, com todo o seu ser, ao domínio perfeito de Deus, ou seja: deixar para trás as condições próprias da sua vida terrestre para passar a viver nas condições do Reino consumado e eterno de Deus, que é o estado em que a pessoa está completamente entregue-unida a Deus. O homem também não pode matar-se a si mesmo para realizar o sacrifício perfeito, pois, em vez de ser ato de culto a Deus, dando-Lhe a devida honra, seria um ato de ofensa a Ele; seria atentar contra os direitos de Deus como Senhor supremo sobre a vida humana.

Sendo assim, resta ao homem, para manifestar visivelmente a sua total entrega espiritual a Deus, servir-se de uma substância corporal da qual ele é proprietário, podendo, assim, dispor livremente dela. Esta é que ele entrega irrevogavelmente a Deus através de um rito que expresse esta entrega. Um tal sacrifício, sendo expressão sincera da entrega interior de si mesmo a Deus, tem seu valor, mas está marcado de *imperfeição*; é manifestação de uma boa vontade, é uma tentativa do perfeito sem, no

⁹³ Cf., com relação ao sacrifício perfeito de Jesus, *Hb* 10, 5: "... Não quiseste nem sacrifício nem oferta, mas tu me formaste um corpo."

entanto, ser capaz de atingir a perfeição. Mas esta *tendência à perfeição* – tendência que é essencial ao sacrifício autêntico, sincero⁹⁴ – faz com que tal sacrifício seja figura ou, pensando na história da salvação, *prefigura* do sacrifício perfeito.

É deste modo que não somente os sacrifícios da Lei mosaica, mas também os sacrifícios sinceros oferecidos na economia da “Lei da natureza e da vocação divina universal”⁹⁵ são prefiguras do único sacrifício perfeito: o da cruz de Cristo. Este aspecto da orientação essencial desses sacrifícios, como figuras ou sombras (cf. *Hb* 10, 1), ao único sacrifício perfeito e eficaz de Cristo é de importância capital para o reconhecimento da maneira como eles podiam ter uma verdadeira eficácia. Esta não podia vir deles mesmos, ainda que fossem, como no caso dos sacrifícios segundo a Lei mosaica, ordenados por Deus. A eficácia desses sacrifícios só podia vir do único sacrifício perfeito e eficaz em si mesmo: o de Jesus Cristo. Por isso tinham uma eficácia, *enquanto* foram expressão da *fé pessoal* das respectivas pessoas *em Cristo*. Mas, como se pode afirmar que tais sacrifícios fossem expressão da fé em Cristo? Afirmar isto não é, afinal, enganar-se a si mesmo? Não é pura ilusão? Falar de fé “implícita” em Cristo tem algum fundamento real, objetivo, ou é uma afirmação gratuita, ou seja, simplesmente uma dedução abstrata a partir de um princípio teórico, sem fundamento na realidade concreta, histórica? Podemos responder a estas objeções, alegando a índole de “figura” (pre-figura), que tais sacrifícios tiveram. Esta é uma característica *objetiva* dos mesmos, independente, portanto, da intenção ou consciência pessoal daqueles que os ofereceram, no que diz respeito à relação desses sacrifícios com o sacrifício da cruz de Cristo. Por causa desta base objetiva pode-se interpretar o ato de oferecimento de tais sacrifícios como sendo um ato de fé (implícita) em Jesus Cristo, isto é, naquela Pessoa que, segundo a providência divina, iria realizar o único sacrifício perfeito, tornando-Se o Salvador de todos os homens.⁹⁶ Por conseguinte, não nos movemos em

⁹⁴ É a tal sacrifício que nos referimos, ao falar da prefiguração do sacrifício da cruz de Cristo pelos sacrifícios oferecidos na economia da “Lei da natureza”. Exemplos bíblicos de tais sacrifícios são o sacrifício de Abel (*Gn* 4, 4) e de Noé (*Gn* 8, 20-22).

⁹⁵ Esta parece-nos ser a designação melhor e mais exata desta situação histórica da humanidade.

⁹⁶ Esta é também a argumentação de São Tomás, ao escrever: “No tempo da Lei [mosaica], a mente do fiéis podia, pela fé, ser unida a Cristo que Se encarnou e sofreu a paixão; e assim foram justificados pela fé em Cristo. Uma certa profissão desta fé era a

terreno puramente subjetivo; não se trata de uma teoria “aérea”, sem ter os pés no chão da realidade existente.

3. Os sacrifícios da Lei antiga, prefiguras do sacrifício de Cristo

Consideremos agora, especialmente, os sacrifícios oferecidos segundo a Lei mosaica. Eles são prefiguras do sacrifício perfeito de Cristo não apenas do modo acima explicado (o imperfeito prefigurando o perfeito). Uma vez que foram instituídos por Deus, através de Moisés, pode-se supor que tenham prefigurado o sacrifício de Cristo também na sua forma exterior, isto é, pela maneira de oferecer ou pelos dons oferecidos. Que os sacrifícios da Lei antiga foram figuras do sacrifício de Cristo, sobre isso não pode haver dúvida; é doutrina patrística (quase todos os Padres) e do Magistério da Igreja.⁹⁷

a) O sacrifício de Abraão

Neste contexto, merece um destaque especial o *sacrifício de Abraão*, o pai do povo eleito. Embora não fosse um sacrifício da Lei, foi, no entanto, um sacrifício (holocausto) realizado por *obediência* a uma ordem de Deus. Na verdade, porém, Deus quis apenas o sacrifício interior, quer dizer,

observação dessas cerimônias, *enquanto eram figura de Cristo*” (*S.Th.* I-II q. 103, a. 2). Este princípio vale também para os homens no tempo ou na situação antes ou fora do regime da Lei mosaica. Quanto a eles, São Tomás pensa que “a muitos dos gentios foi feita uma revelação de Cristo”. Quanto aos que foram salvos sem que lhes tivesse sido feita uma tal revelação, “não o foram sem a fé no Mediador. Porque, embora não tivessem tido fé explícita, tiveram-na, porém, implícita na divina providência, crendo que Deus é o libertador dos homens, por modos que lhe aprazem, e que Ele mesmo revelou a determinados homens, que conheceram a verdade” (*S.Th.* II-II q. 2, a. 7 ad 3). Com relação à “fé na providência divina”, o Doutor angélico ainda esclarece em outro lugar: “Todos os artigos [da fé] estão implicitamente contidos em certas verdades primeiras da fé, a saber: devemos crer na existência de Deus e na sua providência relativa à salvação dos homens, segundo a Carta aos Hebreus 11, [6]: ‘quem chega perto de Deus deve crer que Ele existe e que recompensa os que o procuram’. Com efeito, na existência divina se inclui tudo o que cremos existir eternamente em Deus, em que consiste a nossa bem-aventurança. Por seu lado, na fé da providência se inclui tudo que, no tempo, é disposto por Deus para a salvação dos homens e que é a via para a bem-aventurança. E deste modo, dos demais artigos subsequentes, uns se incluem nos outros; assim, a fé na redenção humana compreende implicitamente a encarnação de Cristo e sua paixão e fatos semelhantes” (*S.Th.* II-II q. 1, a. 7).

⁹⁷ Cf. DS 1348 (Concílio de Florença); 1742 (Concílio de Trento). Note-se que o Concílio de Trento refere-se aos sacrifícios do “tempo da natureza e da Lei” (mosaica).

a submissão plena de Abraão à vontade de Deus, sua prontidão de sacrificar seu filho muito amado. Deus cuidou que a expressão exterior do sacrifício interior se realizasse por meio da oferta de um carneiro, em lugar do filho (cf. *Gn* 22, 9-13). No sacrifício da cruz, Deus Pai “não poupou Seu próprio Filho mas O entregou por todos nós” (*Rm* 8, 32), a fim de que fôssemos “reconciliados com Ele pela morte do Seu Filho” (*Rm* 5, 10). Daí, o sacrifício de Abraão é prefigura do sacrifício da cruz?

Sim, respeitando, porém, as grandes diferenças entre a prefigura e a realidade prefigurada. Particularmente, pode-se ver neste episódio do sacrifício de Abraão a abolição definitiva de sacrifícios humanos, isto é, sacrifícios dos quais um ser humano é a vítima.⁹⁸ Ora, é verdade que no sacrifício da cruz a vítima é um homem. Contudo, há uma diferença grande e decisiva: no caso do sacrifício de Abraão, quem oferece o sacrifício é o pai Abraão, não seu filho Isaac. No sacrifício da cruz é o Filho encarnado quem o oferece, não Deus Pai, embora a iniciativa seja do Pai que, movido pela misericórdia para com os homens pecadores, enviou Seu Filho bem-amado ao mundo para realizar esse sacrifício supremo. Além disso, Abraão teria matado seu próprio filho, se o Anjo do Senhor não o tivesse impedido, dizendo-lhe que Deus Se contentava com sua prontidão de sacrificar o filho, não querendo a sua imolação. Deus Pai, porém, não matou nem quis matar Seu Filho humanado, mas apenas O entregou nas mãos dos homens pecadores, querendo, no entanto, Sua imolação, isto é, querendo que o Filho aceitasse livremente ser morto por eles. No fundo, a grande diferença está no fato de que no sacrifício de Abraão se trata de um sacrifício ritual (“indireto”), enquanto o sacrifício da cruz é um sacrifício “direto” (o próprio Filho oferece a Si mesmo) e, portanto, *não-ritual*.⁹⁹

Um aspecto não negligenciável do sacrifício de Abraão como prefigura do sacrifício da cruz é a atitude comum de Abraão e Deus Pai: não é por querer castigar o filho (em lugar de outros, que são os culpados), não é

⁹⁸ Cf. *Lv* 20, 2; *Dt* 12, 30s; *2Rs* 16, 3; 17, 31; 23, 20; *Sl* 106, 37-39; *Ez* 16, 20s; *Sb* 12, 4-6.

⁹⁹ Cf. Luis Alonso SCHÖKEL, *L'Eucaristia. Meditazioni bibliche*, Roma 1997, 93: “Se a morte de Cristo é sacrifício, ela, porém, não segue o ritual do culto, antes, o contradiz. Um ‘criminoso’ suspenso no patíbulo é abominável para Deus (*Dt* 21, 23). A forma parece ser uma negação exata do ritual: não templo, mas colina dos executados; não altar, mas cruz ignominiosa; não animal perfeito, mas homem condenado; muito menos há combustão e banquete.”

por ira nem com ira (com relação ao filho) que Abraão e o Pai celeste querem o sacrifício do filho, mas por amor¹⁰⁰ e com amor compassivo para com o filho. Não poupando seu próprio filho, não poupam o próprio coração de pai.

b) O sacrifício da Páscoa

Ao examinar agora os sacrifícios da Lei mosaica, podemos constatar que existiu uma variedade de ritos, diversos tipos de sacrifício, sendo designado cada um com seu nome próprio. Contudo, já o grego bíblico dos LXX e do Novo Testamento designa estes diversos ritos com uma denominação comum, sendo o termo preponderante *thysia*.

Continua-se a distinguir, de um lado, o rito ou a oferta “pelo pecado” (traduzindo *asham hattah*), e, por outro lado, *thysia*, que compreende todos os outros ritos sacrificiais; e por fim tudo é compreendido sob o termo comum e predominante de *thysia*: assim em *Hb* 10, 12, “*prospherein thysian hyper amartion*” “oferecer um sacrifício pelos pecados” (cf. 5, 2; 7, 27). A interpretação latina [isto é, a aplicação do termo “sacrificium” aos diversos ritos] prosseguiu, portanto, aqui uma evolução semântica já largamente desenvolvida na lógica mesma do texto inspirado, assim como foi consagrada definitivamente na Escritura do N.T.¹⁰¹

Há entre os sacrifícios na economia da Lei antiga um de importância primordial, com relação à índole de prefigura do sacrifício de Cristo; é “o sacrifício da Páscoa” (*Ex* 12, 27). Há quem diga que a Páscoa judaica não era sacrifício, mas somente banquete. Verdade é que, quando a Páscoa foi celebrada pelo povo de Israel no Egito (ou também no deserto), não houve altar; o sangue não foi derramado sobre ou ao pé de um altar. Parece, portanto, que faltava um elemento que encontramos nos outros sacrifícios da Lei. No entanto, apesar disso, a celebração da Páscoa é, no livro do Êxodo e dos Números, chamado “sacrifício” (*Ex* 12, 27; *Nm* 9, 7¹⁰²), e quando o culto se centralizou em Jerusalém, a Páscoa devia ser celebrada na Cidade santa, e os cordeiros pascais deviam ser imolados

¹⁰⁰ É amor obediente a Deus, no caso de Abraão e, no caso de Deus Pai, amor misericordioso para com os homens pecadores e, aliás, também amor ao próprio Filho encarnado, querendo Lhe dar a glória como uma recompensa merecida.

¹⁰¹ Fr. BOURASSA, *Redenzione e Sacrificio*, 156.

¹⁰² Os termos empregados nestes dois trechos são: *Ex* 12, 27: *zebah pesah*; *Nm* 9, 7: *qorban*.

no Templo e seu sangue, como todo sangue de sacrifício, ser derramado no altar, em favor dos que iam comer os cordeiros no banquete pascal, nas casas. Deste modo ficou claro o caráter sacrificial da Páscoa.¹⁰³ Também a determinação de que o cordeiro (ou cabrito) deve ser “sem defeito, macho, e de um ano” (*Ex* 12, 5) manifesta que é considerado como sendo uma *vítima*, que deve agradar a Deus (cf. *Lv* 22, 19ss).

Sem dúvida alguma, nos escritos neotestamentários, Jesus é reconhecido como Aquele que realiza a Páscoa judaica.¹⁰⁴ Como na celebração da Páscoa no Egito o sangue do cordeiro serviu de proteção e salvou os primogênitos de Israel da morte e, com eles, todo o Israel, possibilitando-o a sair da escravidão do Egito, o sangue de Jesus salva e redime (cf. *IPd* 1, 19; *Ap* 5, 9; cf. *At* 20, 28; *Ef* 1, 7¹⁰⁵). Jesus é o novo, isto é, o verdadeiro cordeiro pascal. A Sua “Páscoa”, isto é, Sua paixão-morte e ressurreição – a Sua “passagem” deste mundo ao Pai – realiza a prefigura da Páscoa judaica.

Também João Batista reconheceu e mostrou em Jesus o “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (cf. *Jo* 1, 29.36). João Batista “manifesta assim que Jesus é ao mesmo tempo o Servo Sofredor que se deixa levar silencioso ao matadouro (*Is* 53, 7) e carrega o pecado das multidões (cf. *Is* 53, 12), e o cordeiro pascal símbolo da redenção de Israel por ocasião da primeira Páscoa” (*Cat.* 608). Portanto, o Precursor faz entender que Jesus, o verdadeiro cordeiro pascal, é vítima expiatória para o perdão dos pecados; o “sacrifício da Páscoa” de Jesus é um sacrifício *expiatório*, o que não foi o caso da Páscoa judaica. Aqui manifesta-se a diferença característica entre as múltiplas prefiguras e a realidade prefigurada, que é única: Jesus *reúne em Si* as diversas características dos sacrifícios prefigurativos do Antigo Testamento.

¹⁰³ Cf. também *Lc* 22, 7: “Chegou, então, o dia dos Pães sem fermento, no qual se devia sacrificar a vítima pascal” (θύεσθαι τὸ πάσχα).

¹⁰⁴ Cf. *1Cor* 5, 7 (“Cristo, nossa Páscoa, foi imolado”); *Jo* 19, 33.36 e *Ex* 12, 46; *Jo* 19, 14 (João deve ter sabido que nesta hora os sacerdotes começaram no Templo imolar os cordeiros pascais). Segundo uma observação de São Tomás (cf. *S.Th.* III q. 46, a. 10, ad 1), também a indicação do dia da entrada de Jesus em Jerusalém, a saber, *cinco dias antes* da celebração da Páscoa (cf. *Jo* 12, 1.12), pode ser uma referência a Ele como o novo Cordeiro pascal, pois, segundo a prescrição de *Ex* 12, 3.6, o cordeiro devia ser levado ao lugar da imolação cinco dias antes do dia da Páscoa.

¹⁰⁵ João relata também um detalhe, que como tal parece ser insignificante, mas contém uma referência à Páscoa: “Prendendo uma esponja embebida em vinagre na haste de um *hissopo*, a levaram à boca de Jesus” (*Jo* 19, 29; cf. a prescrição em *Ex* 12, 22).

c) Os sacrifícios *cruentos* segundo a legislação mosaica: holocausto, sacrifício de expiação, sacrifício de comunhão

Vejam, então, aqueles sacrifícios que, segundo a Lei mosaica, foram oferecidos no lugar especial de culto ao Senhor (Tenda do Encontro, Templo). Na variedade destes sacrifícios pode-se reconhecer *três* tipos de sacrifícios *cruentos*: 1) os holocaustos; 2) os sacrifícios de expiação; 3) os sacrifícios de comunhão. A todos os três é comum o derramamento do sangue, isto é, separar o sangue da carne (“carne” quer dizer o corpo sem o sangue). Por isso, nestes sacrifícios há sempre dois elementos claramente distintos: *sangue e carne*, e também o uso deles, na oferta do sacrifício, é diferente. Na legislação mosaica, em contraposição aos costumes que havia no Egito, na Mesopotâmia e em Canaã (ugarit), o sangue é, juntamente com a gordura, *a matéria por excelência* para o sacrifício.¹⁰⁶ O sangue é identificado com a vida e, por isso mesmo, é reservado a Deus, único Senhor sobre a vida das Suas criaturas.¹⁰⁷ Não é consumido por quem oferece o sacrifício, nem é queimado, mas oferecido a Deus através do ato de aspergi-lo ou derramá-lo sobre o altar ou ao pé do altar (ou sobre o “propiciatório” no Santo dos Santos). Também a gordura não é consumida, mas queimada (cf. *Lv* 3, 3ss.16s).

1) O que distingue o *holocausto* (*olah*) – o sacrifício mais vezes mencionado no Antigo Testamento (280 vezes¹⁰⁸) – de outros sacrifícios é que a vítima, com exceção do seu sangue, é queimada por inteiro. O holocausto é sacrifício de adoração, não necessariamente ligado à finalidade expiatória (cf. *Gn* 8, 20; *Jz* 13, 16; *ISm* 6, 14; quanto ao fim expiatório, cf. *Lv* 1, 4). Segundo o ritual de *Lv* 1, 2-9; 2, 1-3, quem oferece a vítima para o sacrifício impõe a mão sobre a cabeça da vítima, o que significa não a substituição desta pessoa pela vítima, mas que este animal lhe pertence e é oferecido em seu nome.¹⁰⁹ Pois, uma vítima sobre a qual se transferissem os pecados se tornaria inapta para o sacrifício, como é o

¹⁰⁶ Cf. Notker FÜGLISTER, *Blut*, em: *LThK*³, vol. 2, 533.

¹⁰⁷ “Sangue e ‘alma’, isto é, vida (*naepaš*, ψυχή), ... são usados paralelamente (Sl 72, 14; 94, 21). ‘Derramar a alma (isto é, o sangue)’ significa entregar a sua vida (cf. Is 53, 12 com Mc 14, 24 par., assim como Ap 6, 9 as ‘almas’ dos mártires ao pé do altar celeste). Pois a ‘alma está no sangue, o sangue é a alma’ (Gn 9, 4; Lv 17, 11.14; Dt 12, 23)” (N. FÜGLISTER, *Blut*, 532).

¹⁰⁸ Cf. W. KORNFIELD, *Opfer. III. Im AT*, em: *LThK*², vol. 7, 1170.

¹⁰⁹ Cf. R. DE VAUX, *Las instituciones del Antiguo Testamento*, Barcelona 1964, 529.

caso do bode expiatório na festa do “Dia da Expição” (cf. *Lv* 16, 21s). A pessoa mesma que oferece a vítima para o sacrifício mata-a, mas deve ser o sacerdote quem derrama o sangue da vítima no altar e a queima sobre o mesmo.

2) Embora seja atribuído o efeito expiatório ou propiciatório também a outros tipos de sacrifício (cf. *Gn* 8, 21; *Mq* 6, 6; *2Sm* 24, 25; *Ez* 45, 15ss; também *Lv* 1, 3.4), a legislação sacerdotal conhece dois sacrifícios especificamente *expiatórios*: o sacrifício de reparação (*ašam*: *Lv* 5, 14ss) e o sacrifício pelo pecado (*hattât*: *Lv* 4, 2ss). Estes distinguem-se dos demais sacrifícios (holocausto e sacrifício de comunhão) pela função especial do sangue (rito particularmente significativo¹¹⁰) e pelo uso da carne da vítima.

Também nestes sacrifícios, quem imola a vítima é a própria pessoa que a trouxe para a oferta do sacrifício, enquanto o sacerdote é quem realiza o rito especial do sangue, como também queima a gordura sobre o altar dos holocaustos. Em contraposição ao holocausto, os sacerdotes podem (e devem) comer, no lugar santo, isto é, no átrio da Tenda ou do Templo, a carne da vítima como “uma coisa muito santa” (cf. *Lv* 10, 16-18; 6, 18s.22), enquanto o oferente, por quem o sacrifício expiatório é oferecido, não pode comer nada da vítima. Deste modo destaca-se o ministério dos sacerdotes na expiação dos pecados de pessoas do povo. Em *Lv* 10, 17, a explicação dada é esta: “... é uma coisa muito santa, e o Senhor vo-la deu para que levásseis a iniquidade da comunidade e fizésseis por ela a expiação diante do Senhor.” É um texto de difícil interpretação, mas, em todo caso, manifesta que é atribuído aos sacerdotes um papel próprio, mediador, na expiação dos pecados do povo. Porém, ao se tratar da oferta de um sacrifício expiatório pelos pecados do povo inteiro ou especialmente pelo pecado do próprio sacerdote, este não deve comer da carne da vítima expiatória, mas ela é queimada (o sacerdote não pode ser mediador para a expiação do próprio pecado), não, porém, no altar dos holocaustos, mas fora do acampamento (cf. *Lv* 4, 11s.21; 6, 23; 16, 27), “num lugar puro, onde se jogam as cinzas” (*Lv* 4, 12) do altar dos holocaustos (cf. *Lv* 6, 4).

¹¹⁰ Há três ritos prescritos quando se oferece o sacrifício pelo sumo-sacerdote ou pelo povo: o sacerdote entra no santo e asperge sete vezes o véu que há entre o santo e o santo dos santos; em seguida põe sangue sobre as protuberâncias do altar do incenso, que está diante do véu e derrama, então, o resto do sangue ao pé do altar dos holocaustos. Pelo pecado de um chefe ou de alguém do povo somente se põe o sangue sobre as protuberâncias do altar dos holocaustos e se derrama o resto do sangue ao pé do mesmo altar (cf. *Lv* 4, 2ss).

Estas prescrições valem particularmente para o grande Dia da Expição,¹¹¹ cujas cerimônias¹¹² são expressamente apresentadas pela Carta aos Hebreus como prefigura do sacrifício perfeito de Cristo. Esse Dia da Expição chegou mesmo a ser a festa mais importante do judaísmo. Era o único dia de jejum para os judeus. A grande particularidade do sacrifício expiatório deste dia¹¹³ é a entrada do sumo-sacerdote no santuário ou Santo dos Santos, separado do Santo por um véu, o qual rasgou na hora da morte de Jesus (cf. *Mt* 27, 51). O sumo-sacerdote devia realizar (por duas vezes) um rito de aspersão do sangue sobre o “propiciatório”, isto é, a tampa de ouro da arca da Aliança, entre as duas figuras de Querubins. Este espaço sobre a arca e sob as asas dos Querubins era considerado como sendo o lugar por excelência da presença (invisível) de Deus, onde Deus falara a Moisés; portanto, o lugar da *máxima presença de Deus* no meio do Seu povo.

A Carta aos Hebreus expõe que Jesus é o verdadeiro sumo-sacerdote que entrou – não com sangue de novilho e bode, mas com Seu próprio sangue – no verdadeiro santuário, isto é, no santuário feito não por mãos humanas, a saber, no próprio Céu, na máxima presença e proximidade de Deus, não cada ano uma vez (ou seja, duas vezes em seguida), mas uma vez por todas, permanecendo, vivo, nesse santuário, assentado à direita de Deus, intercedendo pelos homens em virtude da Sua oferta realizado uma vez para sempre, tendo obtido uma redenção eterna (cf. *Hb* 7-10). O autor da Carta aos Hebreus reconhece ainda no próprio véu do santuário uma prefigura da realidade de Cristo, enquanto “Ele inaugurou um caminho novo e vivo através da cortina, isto é, do Seu próprio corpo” (*Hb* 10, 20). Também há outro detalhe do sacrifício expiatório que a Carta aos Hebreus vê como prefiguração do sacrifício de Cristo: “Pois os corpos desses animais, cujo sangue é levado pelo sumo sacerdote ao santuário em expiação dos pecados, são *queimados fora do acampamento*. Por isso também Jesus, para santificar o povo com Seu próprio sangue, sofreu *fora da porta da cidade*” (*Hb* 13, 11s).

¹¹¹ Cf. *Lv* 6, 23: “Mas não se comerá nenhuma vítima do sacrifício expiatório, da qual se deve levar o sangue à Tenda do Encontro para fazer a expiação no santuário [= o santo dos santos]: ela será queimada no fogo.”

¹¹² A descrição das cerimônias encontram-se em *Lv* 16, 11-33.

¹¹³ Na verdade, são *dois* sacrifícios expiatórios, um, com sangue de um novilho, pelo sumo-sacerdote e sua família, o outro, com sangue de um bode, por todo o povo.

Se a prefiguração do sacrifício de Cristo chega até esses detalhes, será que também o “bode expiatório” (cf. *Lv* 16, 8.10.21-22) prefigura Cristo expiando os pecados da humanidade? Há fortes razões para negar que esse bode seja prefigura de Cristo. Pois este rito do bode, para o qual existem paralelos em outras religiões,¹¹⁴ não tem propriamente valor expiatório. Não é oferecido nem a Javé nem ao demônio Azazel. Simplesmente é levado ao deserto e solto, depois de Aarão (o sumo sacerdote) ter posto as duas mãos sobre a cabeça dele e ter confessado sobre ele os pecados de todo o povo. Carregado dos pecados, o bode é impuro e não pode servir como vítima de um sacrifício. Aquele gesto do sumo sacerdote não tem valor expiatório; poderíamos dizer que tem valor de ilustração. O envio do bode ao deserto somente quer expressar simbolicamente que os pecados já foram tirados, uma vez que já se realizou a solene cerimônia da aspersão do sangue no propiciatório da Arca da Aliança (cf. *Lv* 16, 11-16). Não será que é por isso que nos escritos do Novo Testamento, ao falar do sacrifício expiatório de Cristo, em lugar algum se menciona esse bode expiatório como prefigura de Cristo, que, de fato, é vítima de expiação pelos pecados da humanidade?

3) O “sacrifício de paz” ou “pacífico” ou, melhor, o “sacrifício de comunhão”¹¹⁵ (*zebah šelamim*; cf. *Lv* 3). Este tem em comum com os sacrifícios expiatórios a distinção dos holocaustos pelo fato de que a vítima não é queimada por inteiro: a carne da vítima oferecida em sacrifício pode (e deve) ser comida. Os sacrifícios de comunhão diferem também dos sacrifícios expiatórios – além dos ritos especiais de sangue próprios dos sacrifícios expiatórios – porque nos primeiros não são apenas os sacerdotes que podem, no lugar sagrado, comer a carne da vítima, mas também os oferentes da mesma (cf. *Dt* 12, 26s; *ISm* 1, 3-5; etc.). O que é especial no sacrifício de comunhão é que a vítima é repartida entre Deus, o sacerdote e o oferente. A parte para Deus, que é queimada no altar “em sacrifício de agradável odor ao Senhor” (*Lv* 3, 5), é particularmente a gordura (também os rins), pois a gordura é considerada como uma par-

¹¹⁴ Cf. P. VAN IMSCHOOT, *Teología del Antiguo Testamento*, Madrid 1969, 560.

¹¹⁵ Johannes SCHILDENBERGER, *Bund*, em: J.B. BAUER, *Bibeltheologisches Wörterbuch*, Graz ³1967, 181 (na edição de língua portuguesa, Ed. Loyola, São Paulo 1979: p. 32), afirma que “sacrifício pacífico” (“Friedopfer”) é “uma tradução imperfeita de *šelem* = sacrifícios no qual se produz *šalôm* = unidade”. Aqui entra em questão o significado amplo e rico da palavra *šalôm*.

te vital e, por isso, pertence a Deus (cf. *Lv* 3, 16-17). Ao sacerdote cabe o peito e a coxa direita (cf. *Lv* 7, 30-34) e ao oferente, o resto da carne, que ele come junto com sua família (cf. *ISm* 1, 4).

Estes sacrifícios não têm nenhuma finalidade expiatória, não supondo, portanto, nenhum pecado ou delito. São oferecidos em ação de graças ou para cumprir um voto ou ainda para pedir algo a Deus.

Este tipo de sacrifício abrange, portanto, também um *banquete* (dos oferentes, não somente dos sacerdotes): um “banquete de sacrifício” ou “banquete sacrificial”, cujo sentido é a comunhão dos comensais com Deus e entre si. Comer a carne da vítima oferecida em sacrifício a Deus significa entrar em comunhão com Ele, como que comer à mesa de Deus. Trata-se realmente de um banquete *sagrado*, pois a carne da vítima a ser comida é “uma coisa muito santa” (cf. *Lv* 6, 19), tanto que “todo o que tocar a carne será santo” (*Lv* 6, 20); ela é comida em lugar sagrado, e somente “todo homem *puro* poderá comer” esta carne (*Lv* 7, 19), de modo que “aquele que, encontrando-se em estado de impureza, tiver comido da carne da vítima pacífica pertencente a Javé será eliminado de seu povo” (*Lv* 7, 20).

d) Sacrifícios incruentos

Enfim, além dos cruentos há também os *sacrifícios incruentos*: oblações de alimentos e de incenso. Na legislação sacerdotal do livro do Levítico, o termo *minhâh* tem este significado. Os sacerdotes tinham a incumbência de queimar uma parte da oferenda dos alimentos (e todo o incenso) sobre o altar “como memorial”; o restante era para eles (cf. *Lv* 2, 1-3).

Estes sacrifícios de alimentos, provenientes da instalação do povo de Israel na terra de Canaã, foram oferecidos ordinariamente como complemento dos sacrifícios cruentos, sendo, neste caso, acompanhados de uma libação de vinho (*Lv* 23, 13; *Nm* 15, 5-7).

e) O sacrifício da Aliança

Falta, enfim, considerar um sacrifício fundamental da Lei mosaica e uma dimensão presente em todos aqueles sacrifícios mencionados. É o sacrifício da aliança no monte Sinai: o sacrifício que é oferecido por ocasião da conclusão da Aliança do Senhor Deus com o povo de Israel. Porém, a conexão entre o sacrifício e a aliança não é apenas ocasional nem, muito menos, arbitrária.

É um sacrifício cruento. Segundo *Ex 24, 5*, trata-se de “holocaustos” e “sacrifícios de comunhão”. O sangue dos novilhos imolados é usado para um rito especial de sangue. O que é particular neste rito é que, após ter espargido metade do sangue sobre o altar construído no sopé da montanha (o que corresponde aos outros sacrifícios cruentos), asperge a outra metade do sangue sobre o povo, dizendo (*Ex 24, 8*): “Este é o sangue da Aliança que Javé celebra convosco, segundo todas estas palavras” (do “livro da Aliança”, isto é, a proposta da aliança da parte de Deus, com Suas promessas, e as obrigações do povo nesta aliança). Além disso, houve também, como já sugere a expressão “sacrifícios de comunhão”, um *banquete sagrado*: Moisés e os anciãos de Israel “contemplaram a Deus, e a seguir comeram e beberam” (*Ex 24, 11*). Deus concluiu, portanto, a Aliança com o povo, pela mediação de Moisés, através de sacrifícios, inclusive com um sacrifício de comunhão. E também o próprio rito de sangue manifestava a união de Deus com o povo, como que por um certo “parentesco de sangue”.

Ora, este sacrifício da Aliança foi algo especial, não realizado cada dia ou muitas vezes; contudo, também nos outros sacrifícios (cotidianos) está presente a realidade da Aliança com Deus. Pois, como já vimos anteriormente, o sacrifício tem uma característica que é também característica da aliança, a saber: embora, em absoluto, a iniciativa seja de Deus, requer-se também – e é uma exigência essencial! – a ação do homem, como resposta ao dom de Deus. Esclarecemos acima que o sacrifício é, por definição, o ato de amor *do homem* a Deus; é o dom que o homem faz de si mesmo *a Deus*. O dom de Deus ao homem entra, como um fundamento essencial, na realidade do sacrifício, enquanto a entrega do homem a Deus pressupõe o dom que Deus lhe fez.

A aliança de Deus com o povo é um dom do amor de Deus a este povo escolhido por Ele, dom de amor de amizade que se manifestou na revelação do Seu nome pessoal (*Ex 3, 14s*¹¹⁶) e no fato de Ele estabelecer Sua “morada” no meio do povo, no santuário, acima da arca da Aliança.¹¹⁷ A este amor fiel de Deus deve corresponder o amor (*hesed*, amor fiel às obrigações da aliança) do povo, resumido no mandamento do amor (*Dt 6, 4s; 11, 1*). O “amor de aliança” não pode não ser um amor *mútuo*. Ora, o sacrifício está no centro, ou melhor, é o centro da realização deste amor, da parte do homem. Por isso, a conclusão da aliança não se realiza sem o sacrifício.

¹¹⁶ É como “JAVÉ” que Ele conclui a aliança com o povo (cf. *Ex 6, 2-8*).

4. “Tudo está consumado”: o cumprimento perfeito das prefiguras pelo sacrifício da cruz de Cristo

Exaltado na cruz, antes de morrer e depois de ter tomado o vinagre, Jesus exclamou: “Tudo está consumado!” (*Jo* 19, 30). O que estava consumado?

a) A consumação da Páscoa

Num livro interessante, Scott Hahn narra como ele chegou a descobrir um significado dessa exclamação de Jesus que nunca antes havia percebido.¹¹⁸ O significado é o seguinte. O que se consumou foi a Páscoa que Jesus, no Cenáculo, tinha começado mas interrompido depois do *terceiro* cálice. O pleno cumprimento da Páscoa é designado pelo fato de que Jesus bebe do vinho azedo (vinagre): o *quarto* e último cálice da celebração da Páscoa. “Ou seja, para dizê-lo com mais exatidão: o que esteve consumado foi a plena realização da Páscoa da Antiga Aliança através da sua transformação na Páscoa da Nova Aliança.”¹¹⁹

Sem dúvida alguma, Jesus realiza a prefigura da Páscoa judaica através da *Sua* Páscoa. O Catecismo da Igreja Católica sintetiza bem as conexões entre a Páscoa da Antiga Aliança e a da Nova Aliança:

Ao celebrar a Última Ceia com seus apóstolos durante a refeição pascal, Jesus deu o seu sentido definitivo à páscoa judaica. Com efeito, a passagem de Jesus a seu Pai pela sua Morte e sua Ressurreição, a Páscoa nova, é antecipada na ceia e celebrada na Eucaristia que realiza a Páscoa judaica e antecipa a Páscoa final da Igreja na glória do Reino (n. 1340).

Portanto, as conexões são estas: na hora em que está para realizar a Sua “Páscoa”, isto é, a Sua “passagem” deste mundo ao Pai, através da Sua morte e ressurreição, Jesus celebra com os Apóstolos, pela última vez, a páscoa judaica,¹²⁰ “memorial” das maravilhas realizadas por Deus pela libertação do povo de Israel da escravidão do Egito. Mas Ele dá a essa celebração um novo sentido, ao instituir, dentro do seu contexto, o

¹¹⁷ Cf. *Ex* 25, 8.22; 29, 45s; *Lv* 26, 11s; *Dt* 4, 7; 12, 5; 23, 15.

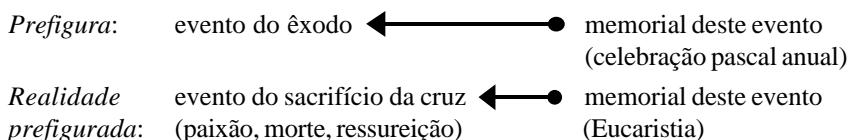
¹¹⁸ Ph. D. SCOTT HAHN, *A father who keeps his promises – God’s covenant love in Scripture*, Servant Publications, Michigan 1998, 225-243.

¹¹⁹ ID., *A father who keeps his promises*, 233.

¹²⁰ O testemunho dos evangelhos sinóticos é explícito e unânime a este respeito (*Mt* 26, 17-19; *Mc* 14, 12-16; *Lc* 22, 7-16).

“memorial” da Sua própria Páscoa, ou seja, de Si mesmo na Sua Páscoa:¹²¹ “Fazei isto em memória de Mim” (*Lc* 22, 19). A Sua própria páscoa ou Seu “êxodo” (cf. *Lc* 9, 31) é, sem dúvida, Seu sacrifício da cruz.¹²² No entanto, o Catecismo tem toda razão em dizer que é a “Eucaristia que realiza a Páscoa judaica”. Pois como a Páscoa judaica era o *memorial* de um evento histórico salvífico, assim também a consumação ou plena realização dela é um *memorial*. A Eucaristia é o memorial não mais daquele evento que era prefigura, mas daquele que é a plena realização desta prefigura, a saber, a Páscoa de Jesus, a qual é a realidade prefigurada pelo evento histórico do Antigo Testamento.

Portanto, temos aqui as conexões entre prefigura e realidade prefigurada, de um lado, e, além disso, entre o memorial da prefigura e o memorial da realidade prefigurada:



Por conseguinte, a consumação ou plena realização da Páscoa judaica por Jesus requer necessariamente a instituição da santíssima Eucaristia como memorial do Seu sacrifício da cruz. Pois, com a realização da “Páscoa” de Jesus não terminou já a história; não é que toda a humanidade já realizasse, com Ele e por Ele, a sua “páscoa-passagem” deste mundo ao Pai. Por isso há, no Reino de Deus já iniciado e, portanto, presente aqui na terra, ainda sinais (“sacramentos”) de uma realidade escondida, há ainda promessas a serem completamente cumpridas, há ainda movimento rumo à meta final a atingir; também é verdade que a nossa vida de filhos de Deus, membros de Cristo, ainda “está *escondida*, com Cristo, em Deus” (*Cl* 3, 3). Portanto, é necessário ainda a celebração *sacramental* (em *signais*) da Páscoa de Jesus. Esta celebração (a Eucaristia) é a plena realização da páscoa judaica, que dá a esta o seu sentido definitivo.

¹²¹ Jesus “dá um sentido novo aos fatos e aos sinais da antiga aliança, particularmente ao êxodo e à páscoa (cf. *Lc* 9, 31; 22, 7-20), por ser ele mesmo o sentido de todos esses sinais” (*Cat.* 1151).

¹²² Cf. a nossa explicação da essência deste sacrifício.

Deste modo, Jesus consuma – cumpre plenamente – toda a Lei mosaica. Segundo São Tomás, a palavra de Jesus: “Tudo está consumado” pode ser entendida no sentido de que, *por Seu sacrifício da cruz, Ele cumpriu todos os preceitos da lei antiga*, a saber: os *morais*, os *cerimoniais* e os *judiciais*.¹²³ Os preceitos morais, que se baseiam no preceito do amor a Deus e ao próximo, Ele os cumpriu plenamente porque, por Sua morte na cruz, realizou com toda a perfeição esses dois preceitos do amor (cf. *Jo* 14, 31; *Gl* 2, 20). Os preceitos judiciais da lei antiga, que se ordenam principalmente a dar satisfação aos que padeceram injustiça, Cristo os cumpriu por Sua paixão, pela qual satisfiz a Deus por nossas injustiças. E os preceitos cerimoniais, que se referem principalmente aos sacrifícios e oblações, Cristo os cumpriu por Sua paixão, enquanto “todos os sacrifícios antigos foram figuras daquele sacrifício verdadeiro que Cristo ofereceu morrendo por nós”.¹²⁴

Quanto ao cumprimento do preceito da celebração da Páscoa, Jesus o cumpriu plenamente, celebrando a páscoa antiga, mas inserindo nela a novidade da Sua pessoa e obra de redenção. Depois de comer a carne do cordeiro pascal imolado (quer dizer: o cordeiro sem o sangue), sobrando ainda algo do pão ázimo¹²⁵ e devendo ainda ser bebido o terceiro cálice, o “cálice da bênção”, Ele Se apresenta a Si mesmo e Se dá como o verdadeiro cordeiro pascal que está para ser imolado (já realiza o ato consciente de Sua livre entrega a esta imolação, oferecendo-Se a Si mesmo ao Pai): “Isto é o meu Corpo que está para ser entregue por vós”, e “Este cálice é a nova aliança em meu Sangue, que está para ser derramado¹²⁶ por vós” (*Lc* 22, 19s), e Se oferece já aos “patriarcas” (Apóstolos) do novo Israel para o novo e definitivo banquete pascal.

¹²³ Cf. *S.Th.* III q. 47, a. 2 ad 1.

¹²⁴ *Ibidem.*

¹²⁵ Cf. quanto a isto, em contraposição à opinião de outros, a explicação muito plausível do judeu Schalom BEN CHORIN (*Bruder Jesus. Der Nazarener in jüdischer Sicht*, München 101987, 134): “Depois de Jesus, com os seus, ter terminado a ceia, distribui entre os convivas a última *mazza*, o *aphikoman*, como hoje ainda se faz: ‘E ele tomou o pão (a *mazza*), deu graças...’”

¹²⁶ Os participios (“entregue” e “derramado”) estão, em grego, no tempo presente, mas traduzem participios hebraicos ou aramaicos que, como tais, podem ser empregados para diversos tempos. O tempo é determinado pelo contexto. Em concreto, no aramaico emprega-se frequentemente o participio para indicar um acontecimento que se espera num futuro próximo (cf. Jose Antonio SAYES, *El misterio eucarístico*, Madrid 1986, 71; o autor

Esta novidade, no entanto, parece ter requerido que Jesus não continuasse a Páscoa judaica até o seu fim: depois do canto do “grande Hallel” (cf. *Mt* 26, 30; *Mc* 14, 26), omitindo a quarta parte da celebração pascal (o quarto cálice¹²⁷), Ele já sai do Cenáculo e vai ao Monte das Oliveiras, onde, depois de pedir: “Meu Pai, se é possível, afaste-se de mim este cálice!” (*Mt* 26, 39), aceita decididamente bebê-lo¹²⁸, e morre depois de ter bebido o vinho azedo, declarando que agora “tudo está consumado”. Realmente, a Páscoa antiga estava consumada, também o quarto cálice, aquele que consumava a celebração pascal, foi bebido. Agora, a Páscoa de Jesus, no que dependeu d’Ele, está realizada: Ele, como homem, realizou, para a redenção da humanidade, o ato supremo de amor a Deus, pelo qual entregou a Si mesmo, em adoração reparadora, a Deus, Seu Pai, realizando o dom substancial de Si mesmo, para entrar na comunhão consumada com Ele.¹²⁹ Agora é também a hora de o Pai, aceitando o sacrifício perfeito de Seu Filho, glorificá-l’O em Si mesmo (cf. *Jo* 13, 32; 12, 23-28.32s). De fato, Ele pode prometer solenemente ao bom ladrão: “*Hoje mesmo* estarás comigo no Paraíso!” (*Lc* 23, 43), em virtude do Seu sacrifício aceito pelo Pai.¹³⁰

Eis a consumação do “sacrifício da Páscoa” da Antiga Aliança pelo sacrifício da Páscoa da Nova Aliança, isto é, pelo *sacrifício da cruz de Cristo*,

refere-se ao exame de Joachim Jeremias a respeito das palavras de Jesus na Última Ceia). Pensamos que a nossa formulação seja exatamente conforme ao contexto da Última Ceia: não houve já derramamento do sangue de Jesus (seria: “é derramado”), mas o derramamento está para acontecer, não apenas no sentido de que não vão passar muitas horas até que aconteça (seria: “agora ainda não está acontecendo *nada disso*, será apenas daqui a algumas horas”), mas também no sentido de que Jesus está, *já agora*, realizando a Sua entrega espiritual livre à imolação cruenta. Como diz o Catecismo da Igreja Católica: “Com efeito, a passagem de Jesus a seu Pai pela sua Morte e sua Ressurreição, a Páscoa nova, é *antecipada* na ceia” (n. 1340).

¹²⁷ Para fazer ver a importância desta parte, Scott Hahn compara a omissão do quarto cálice – o “cálice da consumação” – à omissão, por parte de um sacerdote católico, das palavras da consagração na Prece eucarística ou ao esquecimento da comunhão eucarística (*A father who keeps his promises*, 230).

¹²⁸ “Não se faça como eu quero, mas como tu queres!” (*Mt* 26, 39). *Jo* 18, 11: “Jesus disse a Pedro: ‘Embainha a tua espada. Por acaso deixarei de beber o cálice que o Pai me deu?’”

¹²⁹ Cf. a nossa definição de sacrifício.

¹³⁰ É uma promessa que pressupõe já a glorificação de Jesus pela fecundidade do Seu ato de amor, que é Seu sacrifício (cf. *Jo* 12, 23s).

antecipado na Última Ceia e *celebrado* na liturgia eucarística da Igreja, em obediência à ordem de Jesus: “Fazei isto em memória de Mim!”¹³¹

b) A plena realização dos sacrifícios da Lei mosaica

O sacrifício da cruz de Cristo realizou plenamente também os outros sacrifícios da Antiga Aliança. Ao pensar concretamente no papel de prefiguração que esses diversos tipos de sacrifício tiveram, convém lembrarmos da seguinte constatação de Santo Agostinho: “Os antigos sacrifícios dos santos eram sinais múltiplos e variados do verdadeiro sacrifício, figurado por muitos, do mesmo modo que a mesma realidade se expressa com muitas palavras, para encarecê-la mais e sem fastio.”¹³² É que o perfeito – por ser perfeito – não pode ser representado adequadamente por uma só figura; requer uma variedade de figuras para assim poder prefigurar a riqueza de aspectos ou conteúdos da realidade perfeita. Também não dever-se-ia deixar fora de consideração um princípio recordado por São Tomás: “E uma vez que o sentido da figura se deduz do figurado [da realidade representada pela figura], o sentido [a concepção certa] dos sacrifícios figurativos da lei antiga deve-se deduzir do verdadeiro sacrifício de Cristo.”¹³³ O sentido ou a compreensão certa dos sacrifícios da Lei mosaica não se pode reconhecer verdadeiramente a não ser à luz do sacrifício da cruz de Cristo.

Consideremos primeiro os sacrifícios *cruentus*. Segundo uma classificação destes sacrifícios estabelecida por São Tomás, o *holocausto* é o sacrifício principal entre todos eles, porque a vítima *inteira* é queimada, não se reservando nada para os oferentes do sacrifício.¹³⁴ Assim, o holocausto é figura do sacrifício da cruz de Cristo, pois este foi um perfeito holocausto: na cruz, Jesus entregou-Se a Si mesmo (não uma vítima distinta de Si mesmo) e *inteiramente, com todo o Seu ser substancial, corpo e alma*, ao Pai, passando integralmente deste mundo ao Pai. O fogo que O fez subir ao Pai foi o fogo do amor divino, que, em Pessoa, é o Espírito Santo (cf. *Hb* 9, 14).¹³⁵ No holocausto aparece sobretudo o re-

¹³¹ Cf. *Cat.* 1340 e 1341.

¹³² S. AGOSTINHO, *De civitate Dei*, lib. 10, 20: PL 41, 298.

¹³³ *S.Th.* I-II q. 102, a. 3 (“ex figurato sumitur ratio figuræ”).

¹³⁴ Cf. *S.Th.* I-II q. 102, a. 3 ad 10.

¹³⁵ Cf. JOÃO PAULO II, *Dominum et vivificantem*, n. 41.

conhecimento pleno da “majestade” de Deus: a intenção fundamental de todo sacrifício, isto é, a adoração de Deus,¹³⁶ reconhecendo de maneira perfeita o senhorio absoluto de Deus sobre o homem em todo o seu ser e agir. O sacrifício da cruz do Gólgota realiza, em toda a perfeição, o sacrifício do holocausto do Antigo Testamento: tudo para Deus; no Gólgota houve entrega total a Deus; nada ficou reservado para os homens: “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito!” (Lc 23, 46), e assim Jesus voltou, primeiro só com a alma, depois com o corpo ressuscitado, aos braços do Pai.

Seguindo ainda a opinião de São Tomás, o segundo lugar em santidade ocupava o sacrifício *expiatório*, oferecido por causa da ofensa cometida contra Deus, e de cuja vítima somente os sacerdotes podiam comer a carne, no átrio do Templo e no mesmo dia do sacrifício (não mais tarde). Em terceiro lugar vêm os sacrifícios de *comunhão*, nos quais não apenas os sacerdotes podiam comer a carne da vítima. Neste tipo de sacrifício há a distinção entre o sacrifício em *ação de graças* por um benefício recebido e o sacrifício devido a um voto, e para *obter um benefício* de Deus. A diferença entre estes dois sacrifícios está também no fato de que a carne da vítima do sacrifício de ação de graças só podia ser comida no mesmo dia da oferta do sacrifício (cf. Lv 7, 15), enquanto no outro sacrifício podia ser comida ainda no dia seguinte (cf. Lv 7, 16). Considerando estas diferenças e a classificação feita por São Tomás, chegamos à seguinte ordem:

- 1) o holocausto como sacrifício que mais clara e fortemente (exclusivamente,¹³⁷ de alguma maneira,) é caracterizado pela *adoração*, pelo *louvor* como reconhecimento da excelência propriamente divina de Javé, por aquilo que Ele é;¹³⁸
- 2) o sacrifício de comunhão na forma de sacrifício de *ação de graças*;
- 3) o sacrifício de comunhão na forma de *pedido*;

e há também o sacrifício de *expição* ou *reparação*, que recebe sua característica particular pelo fato de pressupor o pecado e se referir, essencialmente, a ele.

¹³⁶ Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* I-II q. 102, a. 3 ad 10.

¹³⁷ A finalidade expiatória do holocausto, atribuída a ele pela legislação sacerdotal (Lv 1, 4), não é originária; cf. J.A. SAYES, *El misterio eucarístico*, 23.

¹³⁸ Cf. p. 61.

Considerando o dever que o homem tem diante de Deus, São Tomás coloca o sacrifício expiatório no segundo lugar, logo após o holocausto: “maximamente o homem está obrigado a Deus por causa da Sua majestade; em segundo lugar, por causa da ofensa cometida; em terceiro lugar, por causa dos benefícios já recebidos; em quarto lugar, por causa dos benefícios esperados.”¹³⁹ O fato de que, entre os sacrifícios de cuja vítima se pode comer, a carne da vítima de expiação somente pode ser comida pelos sacerdotes, confirma, para São Tomás, a posição do sacrifício expiatório em segundo lugar, logo após o holocausto.

Se agora consideramos estes sacrifícios à luz do sacrifício da cruz de Cristo, somos levados necessariamente a reconhecer que a plena realização de todos estes sacrifícios (depois do holocausto) pelo sacrifício da cruz não se pode entender a não ser que se reconheça também o *sacrifício da celebração eucarística* como *representação sacramental do único sacrifício da cruz*. Pois, em todos esses sacrifícios há um *banquete sagrado*: o banquete de um sacrifício. Sem a Eucaristia, este elemento – que não é apenas algo acessório e negligenciável; cf. *Lv 10, 16-18* – não encontraria sua realização no sacrifício da cruz. Vemos, portanto, também aqui, como já com relação ao cumprimento do “sacrifício da Páscoa”, a *importância e necessidade da santíssima Eucaristia*.

Certamente, o sacrifício da cruz de Cristo é um sacrifício *expiatório* – “para a remissão dos pecados” (*Mt 26, 28*) – realizando a profecia do sacrifício expiatório (*ašam*) do Servo sofredor no livro de Isaías.¹⁴⁰ A Carta aos Hebreus di-lo explicitamente, quando explica o sacrifício da cruz de Cristo como cumprimento da prefigura-sombra do sacrifício expiatório do sumo-sacerdote no Dia da Expição, que foi, na Antiga Aliança, o sacrifício expiatório por excelência. Neste sacrifício expiatório, no entanto, não houve um banquete sagrado. Mas, como já vimos, houve também sacrifícios expiatórios com banquete sacrificial – só para os sacerdotes. São Tomás reconhece nesta circunstância a finalidade de “significar que a expiação dos pecados é feita por Deus *pelo ministério dos sacerdotes*”.¹⁴¹ Ora, estes sacerdotes – distintos, no exercício do sacerdócio, do resto do “povo sacerdotal” – foram apenas figura do *verdadeiro e úni-*

¹³⁹ *S.Th.* I-II q. 102, a. 3 ad 10.

¹⁴⁰ Cf. *Is 53, 10.12*; cf. *Mt 20, 28*; *Mc 10, 45*; (cf. *Lc 22, 37*; *Is 53, 12*).

¹⁴¹ *S.Th.* I-II, q. 102, a. 3 ad 8.

co sacerdote, Jesus Cristo,¹⁴² e a sua competência exclusiva de oferecer os sacrifícios, em geral – excluindo os outros membros do povo eleito desta tarefa e capacidade – e, em particular, de comer a carne da vítima oferecida em sacrifício expiatório, aponta para a realidade do sumo-sacerdote Jesus Cristo, que é o *único capaz de oferecer o sacrifício perfeito a Deus* e, particularmente, de oferecer o *sacrifício expiatório, redentor*. Portanto, também neste detalhe da oferta dos sacrifícios da Lei antiga exclusivamente pelos sacerdotes especialmente consagrados para este ministério manifesta-se seu caráter de prefigura do sacrifício redentor de Cristo na cruz.

Quanto aos antigos sacrifícios de *comunhão*, resta constatar que eles encontram sua realização plena, e mesmo perfeitíssima, no sacrifício da cruz de Cristo, enquanto este é feito presente pela *celebração eucarística*, como sacrifício de Cristo e da Igreja, na forma de sacrifício de comunhão. É também no sacrifício eucarístico que os sacrifícios *in-cruentos* (de alimentos) encontram seu verdadeiro cumprimento.

Sendo assim, pode-se ver como os diversos tipos de sacrifício – que, ao menos em parte, se excluam um ao outro¹⁴³ – encontram-se perfeitamente unidos no seu cumprimento ou realização plena no único sacrifício perfeito de Cristo na cruz, representado sacramentalmente na celebração eucarística. O sacrifício da cruz de Cristo é realmente caracterizado pela *unidade e unicidade*.

Resta-nos considerar uma *característica comum* a todos os sacrifícios *cruentos*: o derramamento do sangue, ou seja, a separação de carne e sangue e o tratamento especial do sangue. A carne (o corpo sem o sangue) da vítima é queimada (totalmente ou em parte), mas o sangue nunca é queimado e, sim, derramado-aspergido sobre o altar ou o propiciatório da arca da Aliança. A razão disto está no fato de o sangue representar concretamente¹⁴⁴ a vida, a alma como princípio vital do ser vivo. Pelo sacrifício, o homem entrega a sua *vida* a Deus. No sacrifício ritual -

¹⁴² Cf. S. TOMÁS, *S.Th.* III q. 22, a. 4: “Cristo é a origem de todo sacerdócio: pois o sacerdote da [Antiga] Lei era figura dele...”.

¹⁴³ Um holocausto não podia ser um sacrifício de comunhão (ou se queima tudo ou não); um determinado tipo de sacrifício expiatório não podia ser um holocausto; um sacrifício expiatório não podia ser um sacrifício de comunhão.

¹⁴⁴ Poderíamos dizer que o sangue representa “substancialmente” a vida, querendo com isso indicar que não se trata de um mero símbolo.

sacrifício imperfeito - o homem entrega o seu espírito (alma espiritual, mente) a Deus (= o sacrifício interior, espiritual), mas não pode entregar, desta forma direta e imediata, o seu corpo; ele usa o corpo de um outro ser vivo para expressar a entrega do seu próprio ser corporal a Deus. O corpo tem de passar por uma transformação (ser queimado) para subir a Deus; o sangue, isto é, a alma, o princípio vital, é entregue de uma maneira imediata: é simplesmente levado ao altar ou ao santuário (lugar da presença de Deus) e derramado ou aspergido sobre o altar ou sobre a arca da Aliança.

O sacrifício da cruz de Cristo pode dar o último sentido a estes detalhes dos sacrifícios antigos. No sacrifício da cruz houve, de fato, o *derramamento do sangue* da vítima divina; Jesus entregou a Sua *vida* a Deus, no sentido forte e fundamental desta palavra: o Seu próprio ser, a Sua substância de ser vivo. Mas nesta entrega da vida houve, exteriormente, uma diferenciação entre o sangue e a carne (corpo): *sangue* e *corpo* foram separados; e houve uma diferenciação entre aquilo de que o sangue é o símbolo real: a *alma* espiritual, princípio vital do corpo material, de um lado, e, por outro lado, o *corpo* (sangue, carne, ossos...). Com efeito, com Sua alma, Jesus entrou logo, no momento da Sua morte, na perfeita comunhão bem-aventurada, gloriosa com o Pai, enquanto foi glorificado no Seu corpo apenas na hora da ressurreição.

Há mais um detalhe nos sacrifícios da Lei antiga que requer um esclarecimento com relação à prefiguração do sacrifício de Cristo: o *animal escolhido* como vítima. Será que tem um significado a escolha de determinados animais? Parece que é particularmente aqui que se manifesta aquela finalidade acima mencionada, mas que até agora não consideramos explicitamente: a intenção de *afastar o povo da idolatria*. No Egito, o povo de Israel tinha aderido às divindades e a práticas culturais dos egípcios (cf. *Ez 20, 5-8*). Deus precisava purificá-lo desta contaminação e escravidão.¹⁴⁵ Por isso, mandou o povo sacrificar aqueles animais que os egípcios veneravam como deuses e declarava impuros (e daí, inaptos para o sacrifício) aqueles que os egípcios sacrificavam aos seus deuses. Ou seja, os israelitas tinham de fazer exatamente o contrário dos egípcios, para adorar somente a JAVÉ. O episódio da adoração do bezerro de

¹⁴⁵ Cf. SCOTT HAHN, *A father who keeps his promises*, 143: “Em lugar de uma cirurgia cosmética, que apenas se refere ao exterior, o Pai viu a necessidade de uma cirurgia radical, sem a qual Israel teria ficado para sempre escravizado – interiormente – pelos ídolos do Egito.”

ouro, porém, mostrou que não foi suficiente oferecer um único sacrifício no Sinai (cf. *Ex* 24, 3-11), imolando animais que os egípcios veneravam como deuses (cf. *Ex* 8, 22), mas que Israel precisaria de um tratamento contínuo; daí tantos sacrifícios de determinados animais, realizados por sacerdotes consagrados a este ministério.¹⁴⁶ Contudo, estas circunstâncias da escolha dos animais como vítimas dos sacrifícios rituais não exclui todo e qualquer simbolismo no sentido de uma prefiguração de Cristo, vítima do sacrifício perfeito. É o caso do cordeiro, prefigurando Cristo (na Sua mansidão¹⁴⁷) como a vítima do sacrifício redentor da cruz.¹⁴⁸

c) A consumação do sacrifício da Aliança

Enfim, o sacrifício da Aliança no monte Sinai apresentou um traço particular que é necessário ainda considerar em vista do seu cumprimento no sacrifício de Cristo: não é somente o altar (representando a parte de Deus) que é aspergido com sangue, mas também *o povo* que assente à aliança com Deus, na base do “livro da Aliança” (cf. *Ex* 24, 7-8). Nos sacrifícios, o sangue é sempre aspergido ou derramado sobre o altar,¹⁴⁹ nunca sobre o sacerdote ou a pessoa que oferece a vítima para o sacrifício. No sacrifício da cruz oferecido sacramentalmente na celebração eucarística – o sacrifício da nova e eterna Aliança – o sangue da vítima não é apenas aspergido sobre o povo que participa do sacrifício, mas é mesmo *dado a beber*, coisa totalmente impossível na Antiga Aliança. É que o único sacrifício perfeito de Jesus Cristo é caracterizado pela *totalidade* não apenas na entrega da vítima a Deus (holocausto, em contraposição aos outros tipos de sacrifício cruento), mas também na entrega da vítima (Deus feito homem) àqueles pelos quais o sacrifício é

¹⁴⁶ Ver, quanto a toda esta questão, a exposição de Scott Hahn (*A father who keeps his promises*, 138-167). Ele constata – baseando-se, particularmente, em: S.D. BENIN, *The Footprints of God: Divine Accommodation in Jewish & Christian Thought* (Albany: Suny Press, 1993), e no livro do egiptólogo da Universidade de Heidelberg, Jan ASSMANN, *Moses der Ägypter* (Darmstadt 1998) – que a explicação da escolha dos animais para o sacrifício pela finalidade de curar Israel da idolatria contraída no Egito (sacrificar exatamente os animais que os egípcios veneravam como deuses) é uma explicação tradicional, tanto judaica como cristã.

¹⁴⁷ Cf. *Is* 53, 7; *At* 8, 32-35.

¹⁴⁸ Cf. *Jo* 1, 29.36; 19, 33.36 e *Ex* 12, 46; *Jo* 19, 14; *1Cor* 5, 7; *IPd* 1, 19s; *Ap* 5, 6-9.

¹⁴⁹ Na celebração da Páscoa, os israelitas passaram o sangue sobre os umbrais e sobre a verga da porta (*Ex* 12, 7).

oferecido e que participam no sacrifício. No sacrifício da Nova Aliança, o envolvimento do povo da Aliança no sacrifício da Aliança é muito maior do que na Antiga Aliança; a *participação do povo no sacrifício da Aliança* é levada à sua consumação. Num próximo artigo sobre a representação sacramental do único sacrifício perfeito poderemos ver isto melhor.¹⁵⁰

Resumindo

Querendo esclarecer o conceito de sacrifício, é necessário refletir sobre o sacrifício da cruz de Cristo, que é “o único sacrifício perfeito”. Examinando os elementos deste sacrifício – que não é um acontecimento isolado, mas inserido na história religiosa da humanidade – chegamos a uma definição de “sacrifício” que, de fato, se aplica a todos os sacrifícios realizados com coração sincero, mas realiza-se de um modo singular e perfeitíssimo na paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo: *o sacrifício é um ato de amor a Deus, pelo qual o ser humano se entrega a si mesmo, em adoração, a Deus, realizando um dom substancial, para entrar em comunhão consumada com Ele*. Além disso, tirando um elemento da nossa definição (o do “dom substancial”), obtemos um conceito mais amplo de um verdadeiro sacrifício, o qual manifesta o caráter cultural e “pascal” que toda a nossa vida humana pode e deve ter. Considerando ainda a unidade inseparável do amor a Deus e ao próximo, esclarece-se também a dimensão social do sacrifício, presente em todo sacrifício, mas de um modo especial no sacrifício da cruz de Cristo.

Este é o sacrifício único e definitivo, de modo que os outros sacrifícios somente podem ser ou prefigura ou representação sacramental deste único sacrifício perfeito. Examinando a prefiguração deste sacrifício chegamos à conclusão de que todos os autênticos sacrifícios, particularmente os do povo eleito do Antigo Testamento, encontram sua realização plena – conforme a palavra de Jesus na cruz: “Tudo está consumado” – no sacrifício

¹⁵⁰ Embora a oferta das primícias (cf. *Dt* 26) não seja um sacrifício, não queremos deixar de mencionar aqui que também esta oferta encontra sua realização plena na santíssima Eucaristia, pois Jesus Cristo é o primeiro fruto, “primícias dos que morreram” e “o primogênito entre os muitos irmãos” (*ICor* 15, 20.23; *Rm* 8, 29; cf. *Cl* 1, 15.18), de modo que, na celebração eucarística, oferecemos ao Pai “as nossas primícias absolutas” (cf. L. A. SCHÖKEL, *L’Eucaristia*, 92).

da cruz de Cristo e na sua representação sacramental na celebração eucarística. Esta representação sacramental do único sacrifício perfeito na liturgia da Igreja será o tema de um outro artigo nesta revista.

Natanael Thanner ORC